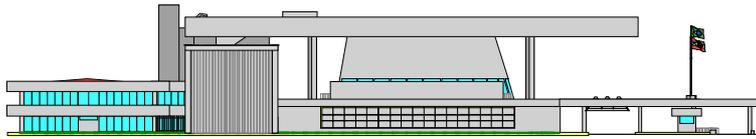


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 28 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.277

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Chereim
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2277 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 033ª Sessão Ordinária realizada em 27/04/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 16</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões 18 Permanentes 19 Redações Finais 20</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Cumprimenta o prefeito de Blumenau pela implantação dos corredores de ônibus na cidade; parabeniza a presidenta pela decisão de garantir a realização das obras para a Copa de 2014; convida para audiências públicas realizadas pelo Ibama sobre a BR-470.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Manifesta esperança que a presidenta cumpra sua promessa com relação à BR-470.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Agradece os cumprimentos à presidenta Dilma Rousseff.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Informa que o comércio de Maravilha está paralisado em protesto contra a falta de segurança.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à segurança pública e às parcerias público-privadas; comunica movimento reivindicatório do Sintex.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Agradece a presença do deputado Sargento Amauri Soares na audiência pública de Blumenau.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do vereador Flandes Schlindwein, de Romelândia, e de Romeu Schlindwein, de Chapecó.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Relata visita do superintendente da Pesca em SC à comissão de Aquicultura e Pesca.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Afirma que o planalto norte precisa de atenção do estado e informa que a Celesc anunciará medidas que beneficiarão a região.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Arsélio Mossmann e Antônio Stülp, do PT de Itapiranga.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece comentários acerca da audiência pública de Blumenau.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (aparte) - Elogia a mobilização da sociedade blumenauense em busca de mais efetivo policial.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Enfatiza que são necessárias ações enérgicas para solucionar o problema da falta de segurança pública.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Opina que as PPPs são essenciais em relação à modernização dos aeroportos brasileiros.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Enumera as conquistas dos trabalhadores durante o governo do PT.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta preocupação com a situação econômica e social dos municípios do planalto norte.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Compartilha das preocupações do deputado Silvío Dreveck.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Preocupa-se com o número de acidentes com vítimas fatais nas estradas catarinenses.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARCK - Prega a união do PSDB; ressalta a importância das regiões metropolitanas.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Rebater as críticas ao Enunciado n. 0001/2011, da CCJ.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solidariza-se com o deputado Romildo Titon.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Esclarece sua posição quanto ao Enunciado n. 0001/2011, da CCJ.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Registra a presença dos ex-deputados Taxista Voltolini, de Benedito Novo, e Jaime Mantelli.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Opina que o Enunciado n. 0001/2011, normatizará o processo legislativo e não permitirá a exposição permanente do parlamentar à crítica da opinião pública.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Afirma que projetos inócuos causam constrangimento diante dos eleitores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Luiz Peixe, José Antônio Lessa e Rogério Carlos Bernardino, de Ilhota.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Solidariza-se com a posição do deputado Neodi Saretta acerca das leis autorizativas; refere-se à indicação de sua autoria encaminhada à ANTT.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Responde a comentário do deputado Nilson Gonçalves sobre projeto do ex-deputado Julio Garcia.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica sua ausência para proferir conferência no 1º Seminário Nacional sobre Bullying.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se ao Manifesto da Paz, em Maravilha; faz referência ao julgamento da Adin sobre a hora/atividade do Magistério; elogia o desempenho do novo procurador-geral de Justiça; presta contas das audiências públicas de que participou no extremo oeste.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Defende seu ponto de vista sobre a importância do debate suscitado pelos projetos autorizativos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Afirma que projetos autorizativos são necessários para provocar o Executivo; condena matéria do *Diário Catarinense* sobre deputados que acessam o *twitter* durante a sessão; refere-se ao projeto Deputado por um Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao sr. secretário que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, primeiramente quero falar

sobre temas específicos do município de Blumenau, fazendo uma referência especial e parabenizando o prefeito João Paulo Kleinübing, porque teve uma iniciativa diferente de outros locais do estado, uma iniciativa nova, uma nova idéia. Até quero confessar aos srs. parlamentares e a quem nos assiste neste momento pela TVAL, que no início até questioneei a idéia. Mas agora, vendo o funcionamento na prática, quero render as minhas homenagens ao prefeito e dizer que realmente a população aprovou a iniciativa de implantar, em Blumenau, os corredores de ônibus.

Trata-se de uma ideia que pode ser adotada por outras cidades do estado de Santa Catarina que tenham o mesmo problema no que se refere ao fluxo dos ônibus. Com certeza, essa é uma grande ideia, pois dentro do trabalho visando melhorar os veículos e os terminais de ônibus, existe uma série de situações que podem ser melhoradas para dar qualidade ao transporte coletivo.

Então, realmente a implantação dos corredores de ônibus no município de Blumenau foi aprovada e quero parabenizar o prefeito, porque esta semana entregou mais um corredor de ônibus, na avenida Martin Luther, uma obra importante para a cidade. Logo a seguir teremos mais avenidas recapeadas, reurbanizadas e novos corredores sendo entregues. E a população que mais está sendo beneficiada é justamente aquela que anda de ônibus.

Fiquei literalmente convencido da importância desse modo de trabalhar a questão do transporte coletivo no município de Blumenau, quando estava dirigindo o meu carro, na principal rua da cidade, a Sete de Setembro, e lá, deputado Sargento Amauri Soares, parado numa sinaleira, vi que ao meu lado não passara nenhum ônibus, mas na faixa reservada a eles passou uma ambulância, em alta velocidade, que conseguiu chegar ao hospital sem atrapalhar o trânsito, sem fazer aquele ziguezague que ocorre normalmente.

Assim, a faixa dos ônibus acaba sendo utilizada não somente pelos ônibus, não somente para garantir o cumprimento do horário do transporte coletivo, mas também para o transporte de emergência, como no caso do bombeiro e da ambulância.

Por isso, quero parabenizar a prefeitura de Blumenau, o prefeito João Paulo Kleinübing por essa iniciativa e dizer que realmente os corredores de ônibus estão funcionando e, quem sabe, seja uma ideia que possa ser adotada por cidades como Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, Chapecó, enfim, onde houver infraestrutura para que isso seja adotado, porque realmente é algo que beneficia diretamente as pessoas que mais precisam desse transporte.

Quero também, nesta tarde, com a permissão do deputado Jailson Lima, que conduz esta sessão, parabenizar a postura da presidente Dilma Rousseff com relação aos aeroportos do país, visando garantir o sucesso da Copa do Mundo de 2014, pois sua atitude contrária, e muito até, a questão ideológica de algumas pessoas do PT, mas é

uma atitude coerente e sensata de quem não pode governar pensando na questão programática do seu partido, mas em resultados concretos e eficientes.

O *Diário Catarinense* de hoje traz a seguinte notícia: "Aeroportos serão privatizados". A *Folha de S. Paulo* traz a manchete: "Dilma autoriza a definição de critério para obras em aeroportos."

(Passa a ler.)

"O ministro Antônio Pallocci anunciou nesta terça-feira que a presidente Dilma autorizou a secretaria de Aviação Civil a definir critérios para a concessão das obras nos aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília [...] [sic]

Enfim, é uma atitude com a qual algumas pessoas do PT podem até não concordar, dizendo que são contra a privatização, a concessão, mas, sem dúvida alguma, é a atitude mais certa, mais inteligente e que vai trazer resultados mais eficientes para resolver o problema.

Espero agora que a presidente Dilma use esse modelo também em outras áreas e acabe com esse mito de dizer que o PT é contra a privatização, é contra a iniciativa privada, porque temos que saber avaliar os resultados. Temos que analisar a questão sabendo que cada caso é um caso. De repente na Segurança, deputado Sargento Amauri Soares, pode-se adotar essa medida em alguns casos específicos, assim como na Saúde, na Educação!

Em Blumenau, por exemplo, está sendo feita a concessão do serviço de esgoto, e muitos petistas criticaram, mas a cidade por si só não tem capacidade de investimento. Assim, conseguimos fortalecer a parceria público-privada, o regime de concessão, que é mais importante do que defender como critério único, irredutível, a proibição de qualquer privatização ou de concessão.

Então, deputado Jailson Lima, cada caso é um caso e cada situação tem que ser analisada para que se possa, efetivamente, com relação a cada caso, adotar o melhor critério e alcançar o melhor resultado.

O que as pessoas esperam de um bom governante não é a aplicação rígida de um programa partidário. A visão que temos especificamente é de que cada caso é um caso. E a presidente Dilma mostra que não pôde adotar um critério rígido e único para todas as questões. Teve que analisar o que é melhor para a população e por isso quero parabenizá-la.

Espero que agora o PT não venha criticar a concessão quando é feita pelo DEM ou pelo PSDB e elogiar quando é feita pelo PT. Espero que o PT realmente olhe caso por caso, e não de forma crítica e radical, analisando o que é melhor para a população. Isso é o que defendemos.

Quero também aproveitar para registrar um documento que recebemos do DNIT, convidando todos os parlamentares, os membros da comissão de Transportes e do Fórum pela Duplicação da BR-470, para participar das audiências públicas promovidas pelo Ibama, em que se discutirá o projeto de duplicação daquela rodovia.

Quero pedir que os deputados estejam presentes nessas audiências que ocorrerão na próxima quinta-feira, no dia 28, às 19h30, em Blumenau, no Clube Salto do Norte, e em Navegantes, no dia 29, às 19h, na Sociedade 1º de Maio.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado quero apenas anexar algo ao seu discurso sobre a BR-470, pois, hoje, inclusive, tivemos a oportunidade de autografar o editorial do *Jornal de Santa Catarina* sobre essa rodovia. Acho que essas audiências vêm em bom momento e dizia que se a presidente Dilma não cumprir o que assumiu no começo do seu mandato - afirmou que no segundo semestre deste ano as máquinas estariam roncando na BR-470 e obviamente isso não vai ocorrer - e se a nossa pressão não for suficiente em relação ao governo federal, o governo estadual vai ter que assumir a sua parte, nem que seja num itinerário alternativo, para que tenhamos a rodovia duplicada.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Gostaria de conclamar todos para estar presentes nessas audiências públicas, que são muito importantes. A população tem que estar lá para demonstrar o seu interesse, a sua vontade e a importância dessa obra, porque há a promessa da presidente Dilma de que estaria pronta em dois anos. Sabemos que foi promessa de campanha, mas queremos que a obra seja iniciada neste ano, que o projeto seja cumprido, porque a população está cansada de ser enganada.

O que queremos é que a obra seja iniciada, independentemente questão político-partidária. Como já disse desta tribuna, assim como vários outros deputados, essa não é uma obra apenas para um partido, mas para todo um estado e toda uma região, que precisam que a BR-470 seja duplicada para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado, quero dizer-lhe, deputado Jean Kuhlmann, assim como aos deputados do PT, que hoje não precisamos ocupar o horário destinado ao partido, depois do pronunciamento de v.exa. em relação a nossa presidente. E quero salientar que, no plano de governo apresentado pela então candidata, já estavam previstas as PPPs - Parcerias Público-Privadas - em obras federais. Então, a presidente está executando aquilo que efetivamente disse ao povo brasileiro que faria.

Parabéns pela sua intervenção!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Jailson Lima, o nosso papel nesta Casa é elogiar quando concordamos e criticar quando não concordamos. Quero elogiar a questão do aeroporto...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero fazer uma manifestação bem breve sobre uma informação que acabo de receber de Maravilha e que, inclusive, tem muito a ver com o deputado Sargento Amauri Soares.

Neste exato momento o município de Maravilha está parado em virtude de uma mobilização do comércio e da população, em função da falta de policiais e do aumento dos casos de violência na cidade.

Esse é um problema que em todas as sessões vem à tona, que mais uma vez chama a nossa atenção, porque há carência de efetivo na Segurança Pública e isso é responsabilidade do estado.

Obrigada!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, de fato está havendo essa paralisação. Agradeço à deputada Luciane Carminatti pela informação, embora ela vá tirar-me um pouco do foco. Esse tipo de manifestação já ocorreu em Balneário Camboriú, em Chapecó, em Blumenau e agora em Maravilha e vai-se repetir numa velocidade cada vez maior, porque o desleixo dos últimos 20 anos não pode ser resolvido em apenas uma semana.

É elogiável, sim, e já elogiei em outros lugares a atitude do governador de contratar 1.500 policiais agora, mas eles estarão prontos para trabalhar somente no ano que vem. Neste ano serão apenas 466. Os outros apenas no ano que vem, mas é isso mesmo porque são necessários nove meses de formação para um policial estar bem preparado para defender a população.

Não dá para fazer milagres, mas é preciso que o atual governo do estado e os futuros governos do estado de Santa Catarina - e isso vale para todos os partidos aqui presentes - estabeleçam uma política de reposição do efetivo a cada ano: 100 policiais por região a cada ano. É necessária uma escola de formação nas regiões a cada ano, porque isso garante a movimentação e garante o trabalho.

Formar 1.500 policiais agora e ficar dois anos sem contratar mais nenhum nos anos posteriores, não adianta, pois estaremos, daqui a três anos, na situação em que estamos hoje.

Então, essa é a realidade! É necessária uma política de investimento de médio e longo prazo, para que possamos minorar esse grande drama que é a falta de segurança pública no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, quero agradecer mais uma vez a sua presença em Blumenau, enriquecendo o debate na audiência pública que lá aconteceu e volto a frisar, embora parte da mídia tenha dito o contrário, que foi positivo o resultado no que diz respeito ao número de policiais militares, 150, que serão enviados este ano ainda para Blumenau.

Com relação à questão dos novos policiais militares abordada por v.exa., acho que precisamos definitivamente abortar da política catarinense a tal da influência política, sim, no que diz respeito à substituição de policiais militares e civis no estado de Santa Catarina.

Eu tenho, inclusive, uma proposta nesta Casa de que se faça a transferência de policiais militares com a devida substituição, para que não se prejudique as diferentes regiões do estado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado! O seu pronunciamento enriquece a nossa posição e, contraditoriamente, também nos deixa satisfeito saber que segurança pública é cada vez mais uma preocupação do conjunto dos parlamentares desta Casa.

Deputado Ismael dos Santos, gostaria de dar início ao meu pronunciamento com algumas ironias respeitadas, evidentemente, ao seu aparte ao deputado Jean Kuhlmann, que desta tribuna, ontem, criticou o *Jornal de Santa Catarina* por haver afirmado que a audiência que realizamos segunda-feira em Blumenau fora um blabláblá. Hoje, no entanto, v.exa. informou que assinou o editorial do *Jornal de Santa Catarina* e elogiou-o. Então, isso é democracia e pluralidade de ideias.

Outra brincadeira, vamos dizer dessa forma, foi o discurso do deputado Jean Kuhlmann, a parte principal: Viva o PSD! Partido único do Brasil. Essa é a realidade que parece que vamos viver nos próximos anos no país. É evidente que não será único, mas parece que a imensa maioria dos partidos e dos congressistas ruma para o mesmo horizonte.

Eu - e aí vai a parte crítica da minha observação, deputado Moacir Sopelsa - não posso dizer que o DEM esteja indo para a esquerda, desconfio que seja o contrário, o governo do PT está indo para a direita. Aí, o partido único, tão criticado nos países que o adotam, parece que pode tornar-se uma realidade neste país, em nome do "deus mercado".

Fala-se aqui que algumas coisas podem ser privatizadas. E de fato podem! Por exemplo: a ponte Hercílio Luz! Por que será que nenhuma grande empresa quis ainda adotar a ponte para mantê-la de pé, para que as pessoas possam circular por ela?

Outra pergunta: será que esses grandes grupos econômicos vão ter interesse em construir o novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis? Será que terão interesse no aeroporto do Acre, de Roraima? Desconfio que elas

pegarão o filão, que dá dinheiro. Mas aquilo que não dá dinheiro, que dá prejuízo, o estado terá que ficar responsável e, lamentavelmente, ir empurrando com a barriga, como tem feito desde sempre.

Quero registrar um ato dos servidores públicos que será realizado amanhã, dia 28 de abril, neste estado. Na verdade é um ato nacional, para falar da pauta do Sinte - Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Inclusive, amanhã, as aulas serão paralisadas em algumas cidades e haverá aulas diferenciadas para debater com os estudantes, com a comunidade escolar a respeito do piso nacional de salários, que agora é lei.

Não existe mais a Adin atrapalhando. Aliás, já havia a lei há dois anos, mas a ação direta de inconstitucionalidade não valeu. Então, o governo precisa cumprir o piso de R\$ 1.597,00, que o Sinte está defendendo. O governo precisa respeitar a escala de salários, o plano de cargos e salários, que tem uma progressão conforme o tempo de serviço e conforme a qualificação dos professores. O governo precisa respeitar também os 33% de hora/atividade, que tem tudo a ver com a qualidade da educação.

Essa é a pauta do Sindicato dos Trabalhadores da Educação para amanhã. Haverá atos em todo o Brasil e no estado de Santa Catarina, com paralisações na cidade de Chapecó, Joinville e Florianópolis, e caminhadas pelas ruas das cidades.

Esse é outro ato em defesa do serviço público. Vejam bem que já falamos de segurança pública e da falta dela. O município de Maravilha está paralisado hoje, dia 27 de abril, por falta de efetivo. Falamos de educação e falaremos nesse tempo que nos resta de saúde.

Há um movimento bastante amplo, forte, bem organizado, que merece o aplauso, os parabéns de todas as lideranças políticas e, por que não dizer, do estado de Santa Catarina, que está sendo organizado na parte continental de Florianópolis. Esse movimento é pela reabertura do Hospital Florianópolis, que vem sendo fechado de forma progressiva nos últimos dois anos, até estar quase completamente parado neste momento.

Os movimentos sociais - Associação Gente da Gente; Associação de Moradores da Coloninha, Associação Amigos do Estreito, Associação Ponta do Leal, Sinergia, Sindsaúde/SC, Sindprev/SC, Aprasc, Unidos da Coloninha, AME, AHFLOR, Sindicato dos Gráficos, Sintraturb, Sindaspi/SC, CSP/Conlutas, Sintrasm - organizam-se pela reabertura imediata do Hospital Florianópolis, em defesa da saúde pública para todos, por mais concursos públicos, pelo Hospital Florianópolis 100% SUS e contra as organizações sociais e quaisquer outras formas de privatização da saúde pública.

No próximo sábado, dia 30, às 9h, haverá uma concentração na praça Nossa Senhora de Fátima, no Estreito, e todas essas organizações estarão presentes.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença, nesta Casa, do vereador Flandes Schindwein, de Romelândia; do amigo Romeu Schindwein, de Chapecó, um grande policial, um grande servidor público do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, deputado. Sejam bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na manhã de hoje houve um momento extremamente importante na comissão de Pesca e Aquicultura, que presido. Tivemos a presença do superintendente do Ministério da Pesca em Santa Catarina, que nos colocou a par das políticas do referido ministério e, de uma maneira muito especial, sobre a política relacionada aos diferentes programas em nosso estado.

Foi um momento em que buscamos socializar várias informações advindas de representantes dos vários segmentos que fazem parte de toda a cadeia produtiva, tanto os ligados à maricultura, à piscicultura, como os pescadores artesanais. Através dessa socialização levantaram-se os avanços obtidos desde a criação da secretaria da Pesca, ligada à Presidência da República, bem como depois de sua elevação ao status de ministério. Além disso, fez-se uma rápida avaliação sobre os avanços e os gargalos que ainda existem nas diferentes ações desenvolvidas por profissionais, por amadores e por famílias que vivem dessa atividade.

Mas gostaria de dizer à sociedade catarinense e ao Parlamento que Santa Catarina vem-se destacando na pesca, ocupando, hoje, uma posição de destaque no cenário nacional, tendo em vista a grande produção dos mais variados pescados.

O superintendente disse também, de uma forma resumida, que o estado, hoje, tem em torno de 48 mil pescadores registrados. É um número extremamente significativo, se olharmos a forma como está sendo desenvolvida a atividade. Além dos 48 mil pescadores que estão registrados, há em torno de 36 colônias de pescadores; 12 mil embarcações artesanais registradas e uma produção pesqueira que chega a dez milhões de toneladas, número que deve chegar brevemente a 12 milhões de toneladas.

Portanto, são números expressivos, significativos, que ajudam no desenvolvimento do estado e do país, gerando renda e qualidade de vida a todas as pessoas que fazem parte dessa cadeia produtiva.

Com relação à pesca industrial, estão registradas em torno de 200

embarcações, um número também significativo, destacando-se o município de Itajaí como polo pesqueiro não somente do estado, como do país, com uma produção de 136 milhões de toneladas em 2009.

Gostaria de destacar rapidamente o desafio que de aumentar ainda mais a produção. Esse é um desafio importante, pois certamente todos os segmentos têm interesse de ampliar a produção, tendo em vista que o nosso estado se destaca no cenário nacional e internacional como sendo um dos maiores produtores de alimentos.

Parece-me que isso é muito importante porque é constituído de pequenas iniciativas, e essa questão é que faz o diferencial em todos os sentidos. Claro que junto com isso vai-se investir no cultivo em tanques-rede nas águas da união. Temos reservatórios e lagos que poderão contribuir enormemente para que sejam instalados vários tanques-rede que vão servir também para o aumento da produção de pescado, gerando, ao mesmo tempo, renda.

Neste ano será instalada no reservatório de Itá uma unidade demonstrativa, que vai servir de modelo e orientação para outros lagos e reservatórios. Será feita a ampliação da produção em tanques e açudes, que são os tanques cavados, tendo em vista os investimentos que o ministério tem feito ao longo dos últimos três anos. Será feita também uma ampliação da produção nesses tanques escavados, no sentido de garantir a viabilidade dos diferentes frigoríficos que têm sido construídos, alguns deles com recursos públicos, outros com recursos particulares, para que possam manter-se na atividade.

Outro desafio importante é fazer com que esse produto faça parte da alimentação escolar, para os alunos tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, para que eles possam ter acesso a uma alimentação de qualidade, com o consumo de peixe.

Está-se trabalhando, desde o começo deste ano, na isenção do PIS/Cofins, na questão da cadeia produtiva do peixe, mais especificamente em cima da própria ração que se torna um elemento pesadíssimo na produção em águas continentais. Está-se trabalhando também, é claro, no melhoramento do banco genético, na modernização da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura.

Foi um encontro altamente positivo, que contou com a presença do superintendente e de várias lideranças do interior do estado, ocasião em que se conseguiu socializar os avanços da aquicultura e da pesca no país e no estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sras. deputadas, srs. deputados e sociedade

catarinense, assomo, hoje, a esta tribuna para falar um pouco sobre energia elétrica, sobre a Celesc.

Estivemos reunidos ontem com o presidente Antônio Gavazzoni e sua assessoria para defender interesses do planalto norte. Fomos muito bem atendidos pelo presidente que, por sinal, está dando um banho na administração daquela empresa, que caminha para grandes conquistas no mercado. Temos certeza de que as ações da Celesc subirão de preço no próximo ano. Portanto, a Celesc é um bom investimento.

Mas, independentementedisso, estivemos lá reivindicando em prol do planalto norte, principalmente para o município de Papanduva, onde, no ano passado, foi realizada uma audiência pública visando investimento da Celesc nas linhas de energia que vão de Canoinhas a Papanduva.

O presidente da Celesc confirmou que o início das obras será em outubro, no valor de R\$ 30 milhões. Essa reivindicação da comunidade de Papanduva é justa e meritória, a fim de que os empresários daquele município consigam obter energia suficiente para gerar empregos, renda e desenvolvimento.

Parabéns a Papanduva, aos vereadores, à comunidade, ao prefeito, enfim, a todos que lutaram. Temos certeza de que o município terá condições de crescer e de se desenvolver com energia em abundância. Papanduva já é o município que mais cresceu na nossa região. Lá foi feita a instalação de uma agroindústria de suínos, a Master, que contribui para o desenvolvimento e o crescimento da região. Também outras empresas instalaram-se naquele município e com isso foi o município que mais cresceu.

Temos que agradecer o atendimento às solicitações de Porto União, onde havia queda de energia e o atendimento era precário. Porém, com a contratação de uma equipe de funcionários exclusivos para esse atendimento, as indústrias não precisam mais parar a produção.

Estará sendo atendido também o município de Irineópolis, na região da Serra Grande, onde ainda há uma linha de energia que atravessa a floresta. A floresta cresceu e tomou conta daquela linha de energia. Assim, com a queda dos galhos de árvores fica difícil identificar o ponto da interrupção de energia, o que prejudica os fumicultores, ou seja, aqueles que trabalham na atividade agrícola.

Portanto, a comunidade de Irineópolis, aqueles que labutam na atividade agrícola, que são os fumicultores, receberá o reparo da energia em cinco quilômetros de rede, na localidade de Serra Grande, onde haverá a construção de uma linha de energia separada.

E uma boa notícia e a confirmação da ida do presidente da Celesc e sua equipe até lá, nos próximos 20 dias, para fazer o anúncio dessas medidas, temos certeza de que tudo correrá melhor no planalto norte.

Parabéns, mais uma vez, ao presidente da Celesc, que nos ouviu com

presteza e atendeu as reivindicações do planalto norte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores Arsélio Mossman e Antônio Stülp, do PT do município de Itapiranga.

Quero destacar a luta incansável desses dois vereadores na defesa dos direitos do povo daquele município, principalmente do que se diz respeito às barragens. Eles estarão visitando a Eletrosul e outros locais na capital do estado.

Boas-vindas, vereadores!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera. Está feito o seu registro.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, sr. presidente.

Quero cumprimentar v.exa., os srs. deputados, as sras. deputadas, como também os vereadores de Agrolândia. Sejam bem-vindos. É uma satisfação recebê-los nesta Casa.

Sr. presidente e srs. deputados, quero, mais uma vez, referir-me à audiência pública realizada em Blumenau, que contou com a participação do deputado Gilmar Knaesel, que eu não mencionei na minha última intervenção. Embora parte da imprensa tenha afirmado que tudo foi apenas blablá, consideramos que houve, sim, bons resultados.

Quero agradecer mais uma vez ao secretário César Grubba e ao deputado Maurício Eskudlark a presença, e dizer que é verdade que 165 policiais ainda é pouco, mas já é um avanço, é um passo na busca insistente que temos feito nos últimos meses no sentido de aumentar o efetivo policial no estado de Santa Catarina.

Por isso, quero ratificar o posicionamento que assumi na tarde de ontem, entendendo que, embora ainda distante do nosso sonho, esses 165 policiais serão assim enviados: 49 na turma de julho; 80 para o mês de novembro e mais 49 numa terceira turma, no mês de janeiro de 2012.

Estaremos acompanhando, monitorando de perto não só a questão do efetivo, mas também o monitoramento eletrônico, o compromisso de 50 novas câmeras de vigilância especialmente para a periferia de Blumenau. Esperamos com isso dar um pouco mais de serenidade, de

tranquilidade, à população do vale do Itajaí. Como disse, é pouco, mas é um começo, conseguido graças à pressão da Assembléia Legislativa e da Câmara de Vereadores de Blumenau.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Ismael dos Santos, quero cumprimentá-lo, na mesma linha que o deputado Jean Kuhlmann fez no dia de ontem, pela iniciativa louvável de intermediar, de ir à nossa região discutir um problema que talvez seja hoje o maior de Blumenau, que é a falta de contingente policial.

Quero louvar ainda a transparência, a forma educada e serena como se pronunciaram o secretário César Grubba, o comandante-geral da Polícia Militar e o delegado-chefe da Polícia Civil, dizendo que não há milagres a fazer num curto espaço de tempo, mas que medidas já foram tomadas no sentido de melhorar o efetivo em Blumenau e região, além do reconhecimento de que nossa cidade teve um decréscimo de policiais nos últimos anos, por várias razões que não cabe a eles responder.

Então, louvo a iniciativa da cidade, através das entidades civis organizadas, do poder público constituído, do prefeito e do vice-prefeito, dos vereadores e dos deputados.

Acho que fizemos a nossa parte. A imprensa, claro, gosta de ter uma resposta imediata, mas acredito que demos um grande passo com essa audiência pública, no sentido de chamar a atenção e também buscar a solução.

Parabéns a todos que participaram, como ao deputado Maurício Eskudlark, que conhece com profundidade o assunto, uma vez que foi delegado-chefe da Polícia Civil. O deputado Sargento Amauri Soares também participou, assim como a deputada Ana Paula Lima e outros parlamentares.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu agradeço, deputado Gilmar Knaesel.

Naturalmente que isso não nos leva a conformar-nos. Queremos mais, vamos insistir, a pressão estará sempre presente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Ismael dos Santos, quero reconhecer o trabalho que v.exa. tem feito, inclusive à frente do Fórum Parlamentar de Combate às Drogas.

Quero dizer ao deputado Jean Kuhlmann, à própria deputada Ana Paula Lima e a todos os deputados de Blumenau que aquela é uma região onde se tem debatido muito a segurança pública. Esse é um problema complexo, e a sociedade está vendo que não será muito fácil resolver. Tem que haver firmeza, ações são necessárias, além de ser preciso a discussão com a

comunidade. Não pode haver, como já foi falado aqui, politicagem, mas é preciso ouvir os Consegs, a comunidade, os vereadores, as lideranças.

Então, o caminho é este: mostrar as dificuldades. Eu sempre disse que a sociedade tem que conhecer o problema, pois ele é mais grave do que parece e precisamos de ações fortes e enérgicas para solucioná-lo.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Sem dúvida, o governador foi pontual, enérgico e respondeu com precisão a nossa solicitação, no sentido de que pudéssemos de fato ter um maior efetivo na cidade de Blumenau.

Eu dizia também, deputado Maurício Eskudlark, naquela ocasião, que - e aí complemento o seu discurso - é preciso ter, por parte da secretaria de Segurança Pública, uma política específica em relação às drogas, senão não haverá segurança pública.

Espero que o secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba, de fato envolva-se nesse processo, juntamente com a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Gostaria, falando sobre drogas, de agradecer a acolhida que tive na Celesc por parte do diretor de Gestão Corporativa, dr. André Luiz de Rezende. E falo em drogas porque ele está muito preocupado com a questão da responsabilidade social da empresa e pensa em fazer uma parceria com as comunidades terapêuticas.

Essa abertura foi muito importante e numa conversa com a sra. Viviane, que é responsável por todos os programas sociais da Celesc, vimos que há uma boa perspectiva de trabalharmos na profissionalização dos dependentes químicos que já estão saindo das comunidades terapêuticas, capacitando-os como eletricitistas, dentro de um projeto de ressocialização.

Estou certo de que será uma belíssima parceria, fruto da sensibilidade da Celesc em perceber sua responsabilidade social, empenhando-se conosco na reabilitação de dependentes químicos, em especial daqueles que passam pelas nossas comunidades terapêuticas.

Muito obrigado ao diretor de Gestão Corporativa da Celesc por essa sinalização positiva de parceria!

Por fim, aproveito para convidar mais uma vez a comunidade de Blumenau e do vale do Itajaí para a audiência pública que vai realizar-se amanhã, quinta-feira, às 19h, no Salão Salto Norte, no bairro Salto Norte, deputado Gilmar Knaesel, onde estaremos debatendo a tão sonhada duplicação da BR-470.

É preciso que se cumpra um cronograma, e nesse cronograma está a audiência pública que será realizada pelo Ibama visando à liberação das licenças ambientais para que possamos avançar na perspectiva da duplicação da BR-470.

Infelizmente, nesse final de semana, deputado Jorge Teixeira, tivemos mais quatro vítimas na BR-470. Estamos

com um índice de uma centena de mortes por ano, sem falar nas empresas que estão deixando de investir na região ou até mesmo indo embora por falta de logística.

Vejam que 40% da economia catarinense, que vem do oeste para o litoral, passa pela BR-470. São quatro mil contêineres por dia naquela rodovia. Lá está o gargalo e é preciso aumentar, sim, assim como na BR-101, a pressão pela sua duplicação!

Entendo que essa audiência de amanhã pode avançar nesse cronograma em relação a uma perspectiva rápida e enérgica da Presidência da República. Tenho certeza de que o deputado Jailson Lima, que também é da região e passa quase todos os dias pela BR-470, também está engajado nessa perspectiva de vermos, em pouco tempo, o início da duplicação, pelo menos nos primeiros 74km, de Navegantes a Indaial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, estava previsto que a deputada Luciane Caminatti falaria em nome do PT, mas como ela está dando uma entrevista no presente momento, vou fazer uso do horário, muito embora, deputado Neodi Saretta, após o pronunciamento do deputado Jean Kuhlmann desta tribuna, talvez não precisemos mais falar do partido e das ações do governo federal no dia de hoje.

Estamos vendo que o caminho do PSD já está trilhado, na medida em que vemos que em Santa Catarina as coisas andam interligadas, deputado Jorge Teixeira, com as deliberações nacionais. Então, parece que o PSD começa mesmo como um grande partido.

Com relação às PPPs que a presidente Dilma deverá adotar em relação aos aeroportos, quero dizer que elas começaram já com o então presidente Lula. Assim, devido ao grande contingente de obras que têm que ser executadas até a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016, temos que ser racionais. Ao estado cabe manter aquilo que é prioritário: a educação, a saúde e o desenvolvimento econômico. Ele é protagonista desse desenvolvimento. Mas não podemos prescindir da iniciativa privada para contextualizar esse desenvolvimento e as PPPs são muito convenientes em relação aos aeroportos e aos portos. Então, essas concessões têm que ser feitas com regras claras.

Há parcerias público-privadas na área de energia. A Eletrosul, a partir do momento em que se tornou uma empresa geradora de energia e não apenas transmissora, faz parcerias com empresas privadas, principalmente no setor de energias renováveis.

Mas ao falar sobre as PPPs para o equacionamento dos aeroportos do país,

temos que ter claro que se eles estão lotados hoje é porque a população brasileira passou a ter um nível de renda maior. E feliz do país que tem seus aeroportos abarrotados, porque antes de 2002 eles viviam vazios. Além disso, a constatação de aeroportos cheios leva a nação a pensar em resolver o problema, e isso é muito bom, pois tem que haver investimentos nesse segmento.

Então, parabéns à nossa presidente Dilma Rousseff, que criou o Fórum de Gestão Governamental, que terá como presidente o empresário Jorge Gerdau, um dos maiores empresários deste Brasil, que costuma dizer que estabelecer meta é estabelecer o nível de incompetência, porque se estabelece aonde se quer chegar e não aonde se pode chegar.

Então, a presidenta Dilma Rousseff, ao estabelecer esse Fórum de Gestão Governamental, também está estabelecendo uma discussão de critérios para tratar a eficiência como um objetivo macro de governo: eficiência na gestão de custos, na redução do custo da máquina pública, no andamento das obras com planos reais e não somente projetados. Esse fórum estará vinculado à secretaria de Planejamento.

Outro dado importante que tem que ser detalhado é o anúncio de 75 mil bolsas para estudantes que desejam fazer intercâmbio cultural no exterior. A meta é buscar que os empresários financiem mais 25 mil estudantes, para chegarmos, até 2014, com 100 mil estudantes com bolsas de estudo no exterior, principalmente na área de Engenharia e Física.

No Brasil, para cada 100 estudantes que saem da universidade, apenas seis são engenheiros. Isso mostra o quanto temos que caminhar.

Portanto, essas 75 mil bolsas - e isso começou a ser discutido com a vinda do presidente Barack Obama ao Brasil - serão oferecidas, prioritariamente, a alunos da rede pública. Para que se tenha noção do grande volume que esse número representa, devo dizer que o Brasil tem, hoje, apenas seis mil bolsas de estudos para alunos no exterior em universidades de ponta. Isso é muito pouco para um país continental como o nosso, com 200 milhões de habitantes; isso é muito pouco para um país que amplia, de forma intensa, as vagas na universidade; isso é muito pouco para um país que amplia o seu contingente de estudo na área técnica, sendo que o governo também anuncia bolsas para a área técnica. E caberá ao estado de Santa Catarina, à secretaria de Educação, interagir com o governo federal para que possamos ter parte dessas bolsas preenchidas por alunos do nosso estado.

Então, o governo da presidente Dilma Rousseff faz o Brasil despontar como um país que consolida cada vez mais seus índices de desenvolvimento. Nesta semana, contraditoriamente, institutos americanos de avaliação econômica expressaram preocupação com a nossa inflação, falando até em estabelecer grau de risco para investimentos. O interessante é que esses institutos são os mesmos que não

conseguiram prever a crise internacional de 2008, ocasionada e desenvolvida dentro dos Estados Unidos.

Enquanto esses institutos consideram que há certo grau de risco para investir no Brasil, institutos asiáticos colocam nosso país como um dos que oferecem melhores condições para se investir, em função da solidez da sua economia e, principalmente, da sua diretriz de desenvolvimento planejada.

Então, é com muito orgulho que falamos em nome do nosso partido e aproveitamos para ceder os restantes três minutos à deputada Luciane Carminatti.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, ainda dentro do horário do PT.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Caro presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fazer menção à data de 27 de abril, Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Muitos de nós temos essas grandes profissionais em nossas casas, elas que fazem parte de um universo de oito milhões de trabalhadores no Brasil. Então, o nosso reconhecimento às trabalhadoras domésticas.

Mas quero, rapidamente, destacar o dia 1º de Maio como o dia de grandes conquistas dos trabalhadores brasileiros, que já têm muito a comemorar, pois este é um Brasil com economia estável, com renda em ascensão, com poder de compra maior, com recorde de criação de empregos formais - 1,47 milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada. Além disso, estamos com o menor nível de desemprego desde 2002, queda da informalidade, quatro meses de licença-maternidade, crescimento de 74% do salário mínimo, beneficiando 46 milhões de brasileiros e reajustes salariais em cerca de 80% das categorias funcionais.

Outra grande conquista dos trabalhadores foi a retirada do projeto de lei que flexibilizava os direitos trabalhistas, além do Programa de Geração de Emprego e Renda do ministério do Trabalho e Emprego. Mais conquistas foram: legalização das centrais sindicais, diminuição da desigualdade de renda entre os brasileiros e crescimento da renda dos mais pobres, sendo que 31 milhões de brasileiros ascenderam à classe C e a miséria caiu pela metade entre 2003 e 2008.

Pretendia destacar muitos aspectos que falam do que o governo do PT fez pelos trabalhadores. Mas quero destacar também no que precisamos avançar: profissionalização de jovens e adultos, através de escolas técnicas e de ensino superior; elevação da renda nas diferentes regiões empobrecidas; carga horária para 40h; e organização...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna, no dia de hoje - e já fiz alguns pronunciamentos a respeito no mandato anterior -, é a economia do planalto norte catarinense. Foram inúmeras vezes que alertamos, desta tribuna, para a situação caótica das empresas do setor moveleiro e madeireiro. A nossa região tinha uma atividade econômica calcada basicamente nas exportações e o tempo se encarregou de confirmar que estávamos com a razão quando alertávamos sobre a grande probabilidade de muitas empresas terem seus negócios inviabilizados, o que realmente ocorreu. Outras estão sobrevivendo porque adotaram uma política de mercado interno, mas não se consegue isso do dia para noite, mas com tempo e com muita criatividade.

No caso de São Bento do Sul muitas atividades avançaram nos setores metalúrgico, metal-mecânico e têxtil, mas agora esses também enfrentam grande dificuldade, e isso não ocorre somente no planalto norte, mas em todo estado de Santa Catarina, especialmente no vale do Itajaí, porque grande parte da sua produção é exportada e o momento é de dificuldades para exportar.

Mas o mais grave, sr. presidente, é que o problema diz respeito não apenas às empresas, mas ao que elas envolvem, principalmente no que diz respeito às pessoas, ao o emprego e à renda das pessoas.

Comentava com o deputado Antônio Aguiar que se o planalto norte não conseguir atrair investimentos a situação poderá agravar-se mais ainda. E de fato não ocorreu a implantação da empresa Aurora em Canoinhas, como estava previsto, e a região continua com dificuldades de recuperar a sua economia. Acredito que alguns segmentos poderão ter dias mais difíceis.

Ontem alguém disse que Santa Catarina deixou de ser um estado exportador para ser importador. E é verdade, é uma constatação, temos um déficit muito grande ou, em outras palavras, estamos dando oportunidade para empresas de outros países nos venderem seus produtos acabados, assunto que o jornal *O Estado de S. Paulo* abordou: "Balança tem déficit de US\$ 364 milhões na quarta semana do mês". Ou seja, o brasileiro está indo para o exterior, comprando, em função, evidentemente, da valorização do real, da desvalorização do dólar, o que está valendo para outros países, não só para o Brasil. Mas o fato é que estamos deixando de exportar produtos acabados e importando manufaturados, deixando de gerar emprego na nossa região.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Como esse é um assunto bastante

extenso, deputado Antônio Aguiar, vou conceder-lhe um aparte porque certamente não conseguirei concluir o meu raciocínio, mas não posso deixar de ouvir a sua contribuição.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Silvio Dreveck, quero parabenizá-lo pelo tema e dizer que esse é um assunto relevante, porque tivemos na nossa história momentos importantes quando tínhamos madeiras nobres, como a imbuia e o pinheiro, quando tínhamos a erva-mate. Hoje, contudo, a situação é diferente, conforme v.exa. coloca, pois enfrentamos dificuldades, as indústrias que lá deveriam ter-se instalado, não o fizeram. E embora tenha havido um aporte, por parte da Rigesa, de US\$ 480 milhões para criar de 150 a 200 empregos diretos, as dificuldades ainda são enormes.

O governo Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira deve criar, através de lei, uma situação especial em relação aos municípios de Canoinhas, São Bento do Sul, Santa Cecília, Lages, enfim, toda a região. Precisamos, sim, de uma lei que estabeleça um ICMS diferenciado, para que o empreendedor tenha vantagens ao se estabelecer no planalto norte.

Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, pela sua contribuição.

Com certeza, sr. presidente e srs. deputados, o governo terá o nosso apoio na implementação de políticas públicas que visem desenvolver determinadas regiões, porque se não dermos condições aos municípios que estão com dificuldades, certamente haverá mais concentração de habitantes nos polos mais desenvolvidos. E sabemos quais as consequências desse êxodo, não só rural, mas dessa migração de pessoas para polos mais desenvolvidos na busca de emprego, de infraestrutura de serviços públicos e de qualidade de vida, embora muitas vezes não seja exatamente isso que acontece na chamada cidade grande.

Como disse, não vou concluir o meu raciocínio, mas pelo menos expressei minha opinião quanto à situação das exportações e importações catarinenses. Quero ainda reforçar que o nosso país deve criar mecanismos para enfrentar a competitividade global, ou seja, dar mais condições para a nossa economia, seja na redução de impostos, seja melhorando a política de redução de encargos sociais na nossa folha de pagamento, para com isso diminuir a taxa de juros, avançar nas exportações e, por consequência, gerar mais empregos e diminuir a informalidade que ainda é alta no Brasil, em torno de 50%.

Catarinenses, com algumas políticas públicas poderemos melhorar o desempenho no campo das exportações, diminuindo a informalidade que, como disse, está alta, em torno de 50%.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Srs. deputados, sras. deputadas, inicialmente observo uma movimentação dos servidores da Fatma nesta Casa, servidores esses que, com certeza, estão apreensivos com sua situação funcional e salarial, em função de uma decisão judicial que cortou gratificações. O Poder Executivo ficou, desde o ano passado, de encaminhar a esta Assembleia Legislativa uma solução para que esses servidores mantivessem seu nível salarial, pois prestam um grande serviço a Santa Catarina. Assim, em nome da bancada do PSDB, queremos prestar a nossa solidariedade aos servidores da Fatma.

Na última quarta-feira, às vésperas do feriadão, usei a tribuna para fazer uma manifestação sobre os acidentes fatais que vêm acontecendo nas rodovias do estado. Manifestamos naquele momento nossa preocupação diante do resultado nas rodovias em mais um feriadão: 175 mortes no país, sendo 16 em nosso estado. Portanto, quase 10%, deputada Dirce Heiderscheidt, dos acidentes fatais em nosso país aconteceram em nosso estado.

Representamos somente 3% da população brasileira, mas a estatística nos mostra que o índice de acidentes com vítimas fatais está, sem dúvida, acima da média nacional. Isso leva a imprensa de todo o país a divulgar que somos o segundo, às vezes até o primeiro, estado em acidentes fatais em nível nacional.

Claro que a imprudência ainda é a maior causa de acidentes e precisamos estar irmanados no sentido de, cada vez mais, chamar a atenção da população para os perigos das rodovias e evitar, esse que é, sem dúvida, um dos grandes problemas sociais e familiares do estado.

Faço esse registro para mostrar que aquilo que alertávamos efetivamente aconteceu, deputado Dado Cherem, ou seja, mais uma vez o estado liderou o ranking de acidentes fatais no último feriadão. Em que pese todo o trabalho da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Rodoviária Estadual, fazendo blitz, apesar de a imprensa fazer o seu papel alertando a população, lamentavelmente, mais uma vez o estado foi o campeão em número de acidentes fatais.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Vou dividir o tempo do partido com o deputado Maurício Eskudlark, mas, antes disso, concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Gilmar Knaesel, quero solidarizar-me com v.exa., pois temos notado, não apenas em Santa Catarina, não apenas na BR-101, na BR-470 ou na BR-282, mas em todas as rodovias nacionais, a falta de uma política nacional de transportes coletivos, porque constroem-se estradas, pontes, desapropriam-se propriedades, faz-se viadutos caríssimos, mas, em contrapartida, incentiva-se a compra de carros, motos etc.

É muito carro para pouca estrada, deputado! A própria BR-101 duplicada já está defasada, pois o número de veículos praticamente quintuplicou.

Não quero fazer nenhuma crítica a quem quer que seja, mas falta uma política nacional de transporte coletivo, seja ferroviário, rodoviário, ou aquático, pois enquanto ficarmos desapropriando, construindo estradas e incentivando a compra de veículos, deputado, isso vai continuar.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, pelo restante do tempo do PSDB.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão e servidores da Fatma que têm o nosso apoio à sua justa reivindicação.

Deputado Dado Cherem, conversava com o deputado Gilmar Knaesel para fazer um registro, desta tribuna, do nosso apoio ao presidente eleito do PSDB, ex-senador e ex-governador Leonel Pavan. Hoje a imprensa corrigiu alguma coisa sobre a entrevista de domingo, da qual ficou o entendimento que alguém teria falado que houve pressão por parte do governo do estado na eleição do PSDB. Sabemos que isso não é verdade, porque conhecemos a isenção com que o governador Raimundo Colombo acompanha essas decisões, fato esse que nos faz respeitá-lo ainda mais como liderança político-administrativa do estado.

Tivemos uma eleição tranquila, apesar da dificuldade de negociação, mas houve um grande gesto do líder Leonel Pavan, no sentido de não querer a disputa, de não querer que houvesse divisão partidária. Sabemos também, pela posição do deputado Marcos Vieira, que ele será um soldado do partido. Houve uma eleição, o resultado será respeitado, e tenho certeza de que o nosso presidente irá fazer o melhor possível pelo partido nas eleições do próximo ano.

Sabemos que muitas discussões virão com a fusão ou não com o DEM e a criação de outros partidos. Particularmente, vejo que para o fortalecimento da democracia é importante que a Oposição tenha o seu espaço, pois a própria sociedade clama por isso. É importante ter um governo forte e em condições de realizar os seus projetos, mas com uma Oposição vigilante, deputado Nilson Gonçalves. Isso é importante para a democracia. O trabalho feito pela Oposição em Santa Catarina e em nível nacional tem uma importância muito grande para a democracia. Não podemos regredir aos tempos ditatoriais, em que só um lado dizia e fazia valer a sua vontade.

Sr. presidente e srs. deputados, vimos pela imprensa, na última semana, notícias sobre as regiões metropolitanas e percebemos que apenas duas regiões de Santa Catarina não estão compreendidas

como RMs: a região do Contestado, que engloba Canoinhas, Caçador, Videira e Joaçaba; e a região da fronteira, que compreende Itapiranga, Dionísio Cerqueira, Maravilha, São Lourenço do Oeste e São Miguel d'Oeste.

Entretanto, a secretaria de Planejamento do estado já está elaborando uma nova divisão das regiões metropolitanas, uma vez que os incentivos fiscais, deputado Antônio Aguiar, para infraestrutura e para financiamentos habitacionais têm melhores condições dentro de uma RMs. Por isso, temos que ter o estado todo integrado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, meus cumprimentos a todos aqueles que estão participando desta sessão ou assistindo-nos pela TVAL e ouvindo-nos pela Rádio Alesc Digital.

Trago, srs. parlamentares, no dia de hoje, na qualidade de presidente da comissão de Constituição e Justiça desta Casa, um esclarecimento que precisa ser colocado para por fim a algumas acusações feitas neste plenário, principalmente no dia de ontem, pelo deputado Neodi Saretta, que não está presente, o que é uma pena, porque gostaria de falar quando ele estivesse aqui.

A título de esclarecimento, trago informações importantes acerca do Enunciado n. 0001/2011, que está em discussão na CJJ e que tem gerado polêmica neste plenário e também na comissão de Finanças e Tributação.

O assunto foi trazido à tona pelo deputado Joares Ponticelli, quando participava do congresso da União Nacional dos Legisladores Estaduais e presenciou diversas críticas aos legisladores em função dos projetos autorizativos.

Também neste plenário tem sido levantada pelos srs. parlamentares, com muita frequência, a questão dos projetos autorizativos, dos projetos inconstitucionais. Lembro um dia, deputado Mauro de Nadal - e o deputado Joares Ponticelli é testemunha, pois foi quem puxou o assunto naquele dia - em que 16 deputados ocuparam a tribuna criticando a comissão de Justiça que não estava cumprindo com a sua obrigação verificando a inconstitucionalidade de algumas matérias. Dezesesseis deputados, eu anotei, usaram a tribuna falando que a Assembleia tinha que tomar uma posição!

A proposta apresentada pela comissão de Constituição e Justiça não é iniciativa do deputado Romildo Titon, é da comissão de Constituição e Justiça! Não apresentei o enunciado para ser cumprido

por minha determinação, mas coloquei em discussão na comissão e será votado na próxima terça-feira, ocasião em que os nove deputados poderão pronunciar-se mesmo não sendo necessária votação no âmbito da CCJ.

O Enunciado n. 0001/2011 estabelece a transformação em indicação de projetos de lei de autoria de deputados que autorizem o Poder Executivo a tomar providências em assuntos que já são de sua competência exclusiva. Em nenhum momento a adoção desse enunciado pela CCJ pretende cercear, impedir ou vedar ao deputado apresentar projetos autorizativos. Esses projetos terão o mesmo trâmite que têm agora, serão protocolados na Casa, serão lidos em plenário pelo primeiro-secretário, serão distribuídos à comissão de Constituição e Justiça e será nomeado um relator que analisará a constitucionalidade. Caso seja autorizativo, será aplicado o Enunciado n. 0001/2011.

É isso o que vamos fazer, a tramitação não mudará! É o que já acontece desde 1994 na CCJ da Câmara dos Deputados, deputado Neodi Saretta, que adotou a Súmula de Jurisprudência n. 01 acerca de projetos autorizativos inconstitucionais.

Vejo que chega ao plenário o deputado Neodi Saretta, que ontem usou algumas palavras pesadas. Pedi uma gravação e assisti ao seu pronunciamento hoje. S.Exa. até insinuou a volta da ditadura, posto que estaríamos cerceando a liberdade dos deputados de apresentar projetos. Digo, apenas como um testemunho, que o Congresso Nacional já estabeleceu isso desde 2004. De lá para cá deputados petistas já presidiram aquela Casa e o atual presidente é, inclusive, do PT! Eu não acredito que eles estejam sendo ditatoriais ao usar esse critério. Da mesma forma foi aceito pelo presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff, que também são pessoas democráticas.

Além da Súmula da Jurisprudência n. 01, a proposta se fundamenta em ensinamentos de juristas reconhecidos, como José Afonso da Silva e Miguel Reale, que dizem o seguinte: "A iniciativa parlamentar da lei autorizativa, se não é inconstitucional por ferir alguma regra de iniciativa exclusiva prevista no art. 61 da Constituição Federal, não tem mais do que o sentido de uma indicação ao chefe do Poder Executivo para a realização de ato ou de um negócio.

Lei, no sentido técnico desta palavra, só existe quando a norma escrita é constitutiva de direito ou, esclarecendo melhor, quando introduz algo de novo com caráter obrigatório no sentido jurídico em vigor, disciplinando comportamentos individuais ou de atividades públicas."

Também as Notas Técnicas n.s 298/2007, 056/2008, 106/2009 e 005/2010, da Consultoria Legislativa desta Casa, e decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Supremo Tribunal Federal afirmam que o debate de assuntos relevantes da sociedade, por parte deste Parlamento, independe de apresentação de projeto de lei. Ora, temos os discursos em plenário, as audiências públicas, as

indicações ao chefe do Poder Executivo, os pedidos de informação e muitas outras ações parlamentares em prol dos cidadãos.

Em nenhum momento fizemos algo que pudesse prejudicar os parlamentares. Mas quero dizer que concordo com tudo aquilo que os deputados falaram em várias sessões e a comissão de Constituição e Justiça tinha que realmente tomar alguma iniciativa, até porque sua função é justamente analisar a constitucionalidade ou não das matérias submetidas ao seu crivo.

Quando o projeto adentra nesta Casa, vai à comissão de Constituição e Justiça que deve oferecer parecer acerca de sua constitucionalidade; depois, vai para o Poder Executivo, que analisa também se é constitucional ou não, a fim de sancionar ou vetar; posteriormente, cabe ao Tribunal de Justiça, se for o caso, apreciar a sua inconstitucionalidade.

Acredito que não fica bem, deputado Neodi Saretta, que nós, parlamentares, sabendo que uma lei autorizativa é inconstitucional, apresentemos projetos nesse sentido. Não fica bem para o Poder Legislativo ou para o relator ter que emitir um parecer contra o seu convencimento para agradar a um colega. Não fica bem expor os 40 parlamentares e aprovar um projeto de lei sabidamente inconstitucional. Não fica bem para o Poder Legislativo que o Executivo vete o projeto aqui aprovado e que para cá venha a mensagem de veto para que a derrubemos ou não. Não fica bem para o Legislativo catarinense que o Poder Judiciário julgue inconstitucional aquilo que aprovamos, eis que esta é uma Casa de Leis.

E trago ao debate, deputado Joares Ponticelli, algo que a minha assessoria pesquisou junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina: de 2007 a 2010, anos que se referem à legislatura passada, 80 projetos foram declarados inconstitucionais! Esses dados nos ajudaram a tomar a iniciativa de fazer uma análise mais profunda da questão.

Por isso, quero dizer ao deputado Neodi Saretta e àqueles que afirmaram que essa não pode ser uma iniciativa do deputado Romildo Titon, que não estamos colocando o enunciado goela abaixo de ninguém, estamos apenas propondo que a comissão de Constituição e Justiça julgue algo.

Por outro lado, acredito que todos estamos lembrados que ao início de cada legislatura colocamos a mão sobre a Constituição e juramos cumprir a Constituição Federal e a Constituição Estadual. Entretanto, aprovando esses projetos, não estamos cumprindo-as.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Romildo Titon, estou inscrito para falar sobre esse assunto, sobre o qual deveria ter-me pronunciado ontem, mas uma audiência no DNPM acabou fazendo-me perder o espaço para o qual estava inscrito. Mas quero, neste aparte, muito brevemente,

manifestar-me na defesa do deputado Romildo Titon e do presidente da comissão de Constituição e Justiça, que resgata a verdade.

Precisamos resgatar a verdade, pois v.exa. está agindo em nome da comissão, com respaldo dos seus integrantes. Essa é a proposta da comissão de Constituição e Justiça, já que temos, inclusive, debatido a questão ao longo de muito tempo. Aliás, esse debate já veio parar neste plenário, com manifestação favorável a esse encaminhamento que a Presidência está fazendo em nome da comissão, por dezenas de deputados. Não se trata nem de cercear o direito parlamentar e muito menos de acusar os integrantes ou, pior ainda, v.exa. de defender atos ou ações ditatoriais. Nem combina com v.exa. imaginar ou suspeitar que estivesse a serviço de qualquer ato ditatorial. V.Exa. conduz aquela presidência com extrema imparcialidade.

Nós, na legislatura passada, era Oposição contundente ao governo; nesta, integramos a base de apoio, mas o respeito que temos por v.exa. é exatamente pelo seu comportamento, independentemente da condição do deputado que integra a comissão, que trata a comissão e a presidência com respeito a todos os integrantes.

Portanto, venho solidarizar-me com v.exa., venho na sua defesa intransigente, porque seu propósito é o propósito da CCJ: normatizar e evitar que esta Assembleia Legislativa continue sendo exposta frequentemente, como está ocorrendo.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Romildo Titon, há duas ou três questões que devemos separar.

Em primeiro lugar, em relação à proposição, a nossa fala de ontem foi muito clara ao admitir que ela vinha da comissão de Constituição e Justiça. Acredito até que seu nome não tenha sido mencionado por mim, mas houve apartes que o mencionaram.

Hoje, na comissão de Constituição e Justiça, na nossa fala em nenhum momento falamos no deputado Romildo Titon, porque não se trata de personalizar, mas de debater uma questão. Houve algumas falas e apartes que mencionaram o presidente. Mas não é a questão de ser ou não ser do presidente, a questão é a origem, o mérito. Até porque o deputado Sargento Amauri Soares deixou bem claro, ao contrário daquilo que disse o deputado Joares Ponticelli, o seguinte: "Olhem, isso aí não é meu. Eu sou da comissão e não é meu". Então, pode ser de alguns membros.

Vamos pegar o exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul, uma das maiores conquistas de Santa Catarina nos últimos 30 anos. Ela nasceu de uma proposta que era tida como inconstitucional, mas ao apresentar aquele projeto, ao fomentar o debate na sociedade, motivou-se

de tal forma aquele debate, organizou-se de tal forma o debate, que o governo se convenceu de que era importante. E o governo federal mandou o projeto de lei ao Congresso Nacional que, aprovado, tornou realidade aquela que é uma das maiores conquistas de Santa Catarina.

Então, nesse sentido, deputado Romildo Titon, sem querer usar todo o seu tempo, entendo que é importante ter a oportunidade de debater, até porque o Enunciado n. 0001 ficou genérico. V.Exa. trouxe informações, hoje, que não estão no enunciado, ou seja, que os projetos serão analisados da mesma forma. Ora, se serão analisados, a comissão de Constituição e Justiça é que dirá se são ou não inconstitucionais.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Acredito, deputado, que ficaram muito claros, na comissão de Constituição e Justiça, como seriam os procedimentos, assim como está muito claro o próprio enunciado. Porque não podemos de forma alguma, não temos autoridade para tanto, como presidente da CCJ arquivar qualquer matéria a não ser por uma decisão colegiada.

A forma como me pronunciei aqui foi a mesma que o fiz na comissão, talvez alguns parlamentares é que não tenham entendido. Eu coloquei em votação para dar oportunidade para que os deputados pudessem debater. E digo mais, deputado Neodi Saretta, se não for uma decisão da maioria desta Casa e, mais, se a Casa quiser continuar expondo-se da forma que está, não há problema, somente não posso admitir que as pessoas usem a tribuna para criticar a comissão de Constituição e Justiça, quando ela quer fazer algo legal e é impedida pelos parlamentares.

Eu vejo que essa situação precisar ser mais bem esclarecida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Romildo Titon.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de aproveitar este momento para registrar a presença dos ex-deputados Taxista Voltolini, de Benedito Novo, e Jaime Mantelli. É uma grande satisfação tê-los na Casa do Povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0019/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0488/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, teríamos agora a votação dos vetos. Infelizmente, o nosso quórum é reduzido, o que praticamente inviabiliza a apreciação.

Por isso, vamos retirá-los de pauta e inseri-los na sessão da próxima terça-feira.

Extrapauta temos dois projetos de origem parlamentar.

Consulto os srs. líderes se é possível votar essas matérias no dia de hoje. (Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei n. 0092/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que altera a Lei n. 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, por unanimidade, em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0338/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Instituto Dual de Educação, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.: 0213/2011, 0214/2011 e 0215/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0216/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0217/2011 e 0218/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0219/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0220/2011 e 0221/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0222/2011 e 0223/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0405/2011, 0406/2011, 0407/2011, 0408/2011, 0409/2011, 0410/2011, 0412/2011, 0413/2011, 0414/2011, 0415/2011, 0416/2011 e 0417/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini;

0418/2011, de autoria do deputado Narcizo Parizotto; 0420/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0421/2011, 0422/2011 e 0423/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0426/2011 e 0427/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0428/2011, 0429/2011, 0430/2011, 0431/2011, 0432/2011, 0433/2011, 0434/2011, 0435/2011, 0436/2011, 0437/2011 e 0438/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0439/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0411/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT em Santa Catarina, pedindo a construção de acesso seguro entre a rua Pentecostal, Km 28 da BR-101, no distrito de Pirabeiraba, no município de Joinville, até o viaduto da mesma rodovia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0419/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Previdência Social e à superintendente regional de Santa Catarina, pedindo a instalação de um posto avançado do INSS no bairro Efapi, no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0424/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes, ao diretor nacional e ao superintendente regional do DNIT, pedindo a imediata licitação das obras de melhorias no trevo da BR-153 com a SC-462, conforme projeto já concluído.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0425/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministério dos Esportes, pedindo providências no sentido de viabilizar a realização do Mundial Feminino de Handebol em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0036/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro-chefe da Casa Civil, solicitando apoio na indicação do dr. Oswaldo José Pedreira Horn para preencher a vaga de desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0037/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro dos Transportes e ao superintendente do DNIT, solicitando a viabilidade financeira para a construção de passarelas no trecho urbano da BR-470, no município de Pouso Redondo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

Sobre a mesa requerimento do deputado Kennedy Nunes, que faz um apelo no sentido de que a sessão seja suspensa e de que parte do tempo que lhe será destinado seja cedido ao "deputado por um dia", a fim de que ele ocupe a tribuna por três minutos.

No momento oportuno, assim procederemos.

Com a palavra, o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, trago ainda a polêmica surgida pela proposta apresentada na comissão de Constituição e Justiça, debatida há muito tempo, sobre as matérias inconstitucionais sobre as quais aquela comissão tem o dever regimental e constitucional de se manifestar inicialmente.

Deputados Sílvio Dreveck e Moacir Sopelsa, o respeitado articulista político Moacir Pereira, escreveu o seguinte, na sua coluna do dia 21 de abril:

(Passa a ler.)

"Eu autorizo"

Diga-se tudo dos deputados estaduais catarinenses, menos que lhes

falta criatividade. Impedidos pela legislação de aprovarem propostas que criem gastos ou que sejam atribuições do governo estadual, eles usam uma artimanha chamada projeto autorizativo. É simples: pega-se a ideia do deputado e acrescenta-se autoriza o Poder Executivo a... ao início da frase. Na legislação passada, mais de cem projetos foram apresentados dessa forma, prevendo os mais variados temas, da distribuição de sementes a pequenos agricultores à abertura de ginásios anexos às escolas estaduais fora do horário letivo. A maior parte desses projetos é arquivada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os que são aprovados acabam vetados pelo governo do estado por serem inconstitucionais. No fim das contas, gastam-se dias de discussões, papéis de pareceres, carimbos, audiências para nada. Só quem ganha é o deputado-autor, que mostra serviço às bases embora as ideias nunca saiam do papel."[sic]

E aí ele dá sequência para detalhar a proposta que o deputado Romildo Titon, em nome da comissão, ou do debate que a comissão está fazendo ao longo deste período, apresentou na forma de enunciado.

Com que objetivo, deputado Ismael dos Santos? Com o objetivo de normatizar, com o objetivo de não mais permitir essa exposição permanente levantada desta feita por Moacir Pereira. Com o objetivo de impedir que projetos que sabidamente não vão prosperar, não têm amparo, possam merecer destaques e debates aqui dentro, sem produzir absolutamente nada. Esse é o propósito, deputado Kennedy Nunes.

Evidentemente, no enunciado que o deputado Romildo Titon apresentou na condição de presidente não se pretende, de nenhuma forma, cercear o direito do parlamentar! Mas o fato é que o nosso poder de legislar está extremamente limitado, reduzido. Mas a solução não é permitir que se continue apresentando projetos autorizativos, deputado Dado Cherem. Quem é que disse que o governo precisa de um projeto que lhe autorize a melhorar a estrada ou a escola? A Assembleia autoriza o Executivo a fazer quando aprova o Orçamento. Isso é autorizar o Executivo, esse é o nosso papel!

Precisamos, sim, empreender esforços no sentido de fortalecer este Poder, no sentido de fortalecer o nosso papel. Como? Mudando a Constituição Federal. Vamos aprovar, na terça-feira que vem, deputado Romildo Titon, na comissão de Constituição e Justiça, os pareceres, as resoluções fazendo com que esta Assembleia se inclua às demais Assembleias do Brasil, para alterar dispositivos da Constituição Federal. Ou, então, aprovar rapidamente a proposta do Orçamento impositivo para transformar aqueles 3% do Orçamento Regionalizado, deputado Kennedy Nunes, em obrigação que o governante de plantão, seja ele quem for, tenha que executar, a fim de acabar com essa farsa, com essa mentira que é o Orçamento Regionalizado; de sairmos daqui, em comitiva, para o interior do estado, mobilizar, gastar dinheiro, montar aquele circo todo, aprovar, para depois nada acontecer!

Não participo mais dessa mentira há algum tempo já! Vou voltar a participar quando for impositivo, quando pararmos de gastar dinheiro em vão e de iludir as pessoas vendendo ilusões. É isso que não quero ser. Eu não sou mais, há muito tempo, no Orçamento Regionalizado, um vendedor de ilusões.

Por isso, defendo de forma efetiva, intransigente, esse encaminhamento que o presidente da comissão faz, porque ele visa a preservar o parlamentar e no Parlamento há, sim, outros instrumentos para fazer valer a vontade da população que representamos.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Sr. deputado, muito lúcida e oportuna a sua fala. Realmente ficamos profundamente angustiados quando apresentamos projetos que não começam em nenhum lugar e muito menos sabemos onde terminam. São projetos inócuos, que nos causam até constrangimento no momento de uma prestação de contas com o eleitor ou com a imprensa, que nos cobram.

A sua fala, o seu raciocínio vai ao cerne da questão, ele não a trata superficialmente. O que precisa mudar são as leis que dizem o que faz ou não o Poder Legislativo, seja ele no âmbito municipal ou estadual. Não adiante ficarmos aqui aprovando leis que autorizam a fazer alguma coisa.

Concordo com v.exa. plenamente. Já levamos esse debate à comissão de Constituição e Justiça, e é importante, sim, que se mexa nisso, no bom sentido, no Congresso Nacional, pois é lá que isto deve ser mudado: o que podemos fazer para o eleitor que aqui nos colocou a fim de ajudarmos a melhorar a vida da comunidade.

Então, quero solidarizar-me com v.exa. Acho oportuno e transparente o seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, muito importante para que se possa melhorar a percepção que a população tem do nosso trabalho nesta Casa.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, e incorporo sua manifestação à minha fala. Acho que o foco tem que ser exatamente esse, não adianta mais ficarmos aqui no chororô, lamentando por havermos perdido o direito de legislar sobre a maioria das coisas.

É verdade que o Congresso Nacional, de 1988 para cá, deputado Neodi Saretta, foi usurpando o poder das Assembleias. Essa é uma realidade, uma deficiência. Agora, o que devemos fazer? Ser pró-ativos. É isso que a Unale está fazendo, é isso que o Colégio de Presidentes está fazendo também!

Nós vamos aprovar, terça-feira que vem, na comissão de Constituição e Justiça, quatro propostas de resolução. Seremos a décima quarta Assembleia Legislativa, deputado Neodi Saretta, a autorizar o Colégio de Presidentes e a Unale a entrarem

com essa PEC junto ao Congresso Nacional. Vamos, com todo o Colégio de Presidentes, protocolar e vamos acionar principalmente os deputados federais recém eleitos, que como deputados estaduais sentiram isso na pele. O momento propício é este, o início da legislatura!

Deputado Romildo Titon, v.exa. se dedicou incansavelmente e com muita transparência na relatoria do Código Ambiental. Geramos toda uma expectativa e até hoje não conseguimos ver efetivado aquilo que produzimos num debate transparente, claro, com um número nunca visto de audiências públicas na discussão de qualquer matéria. Mas, como disse, até hoje não conseguimos implementá-lo, porque ainda depende da aprovação do Código Florestal Brasileiro.

Então, o que queremos é mudar dispositivos da Constituição Federal para que possamos, de forma complementar, legislar sobre matérias relativas ao direito agrário, à saúde e à segurança.

A própria proposta que v.exa. apresenta, deputado Neodi Saretta, de aumentar de 25% para 30%, se não me valha a memória, o mínimo a ser aplicado em educação não pode ser votada, se não for alterada a Constituição Federal. Estamos limitados pela Constituição Federal!

Em segundo lugar, repito: seja quem for o governante de plantão, no momento em que começarmos a construir o Orçamento impositivo que seja, deputada Dirce Heiderscheidt, com 3% inicialmente, depois aumentando para 4%, 5% e, quem sabe, daqui a dez, 15, 20 anos, o Poder Legislativo vai estar de fato construindo e votando um Orçamento que não será mais uma peça de ficção. Nessa hora nos daremos conta de que o momento mais importante do Parlamento é quando se vota o Orçamento, porque aí, sim, estar-se-á dizendo: "Eu autorizo", mas de forma legal e, se for impositivo, efetiva!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Gostaria de registrar a presença do vereador Luiz Peixe, pedetista, presidente da Câmara de Vereadores de Ilhota, assim como dos vereadores José Antônio Lessa e Rogério Carlos Bernardino, também do PDT, que vieram falar da situação das famílias atingidas na enchente de 2008.

Esse debate vai precisar continuar neste Poder Legislativo e no município, para averiguar a situação das pessoas que foram atingidas na época, os recursos que foram destinados para atendê-las e a forma com que foi usado o dinheiro.

Portanto, quero agradecer e parabenizar a presença desses vereadores do PDT e do presidente da Câmara Municipal de Ilhota.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Solpelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Inscrito para falar em Explicação Pessoal o deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, ouvi atentamente as palavras do deputado Romildo Titon e também do deputado Joares Ponticelli. Com certeza, tenho que concordar com o que falaram, mas ao mesmo tempo também devo defender um pouco o deputado Neodi Saretta pela visão que tem dos projetos de lei autorizativos.

Até quero lembrar aos companheiros que se não fossem os projetos autorizativos não teríamos algumas leis que estão funcionando em prol da sociedade. Vou citar apenas um caso. O deputado Julio Garcia, através de um projeto de lei autorizativo, conseguiu, se não estou enganado, que o percentual de 0,5% do Fundo Social fosse destinado às Apaes de Santa Catarina. Portanto, foi um projeto autorizativo que ensejou a discussão nesta Casa e um entendimento posterior com o governo do estado e hoje temos essa lei em pleno funcionamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Rapidamente, deputado, quero lembrar-lhe que o deputado Julio Garcia apresentou o referido projeto quando era governador em exercício de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito bem, mas a conversa começou aqui, não é mesmo? Concorde comigo? A conversa começou aqui. Aqui nasceu a ideia! E não foi só essa, não, muitas outras boas ideias nasceram nesta Casa em função de projetos autorizativos.

Então, fico a pensar que a partir do momento em que não houver mais a possibilidade de discutirmos ideias boas, úteis para a sociedade, através de projetos autorizativos, pouca coisa vai sobrar para apresentarmos e aprovarmos nesta Casa que não sejam requerimentos, indicações, pedidos de informação etc. Fora isso, além da aprovação do Orçamento e outras coisinhas mais, pouco vamos ter para fazer aqui de objetivo.

Vale salientar que no final do ano, por incrível que pareça, mesmo trabalhando em nossa região de maneira ostensiva, objetiva e tudo mais, normalmente a imprensa vai contar quantos projetos elaboramos. A imprensa faz uma contagem de quantos projetos e quantas indicações apresentamos e mais ou menos por aí tira uma ideia da nossa atuação parlamentar.

Então, tenho a impressão de que esse placar vai cair bastante e precisaremos, pelo menos, solicitar à imprensa que olhe de uma forma um pouco mais abrangente a atuação do deputado, principalmente o que ele faz na sua região.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, concordo com v.exa.

Eu fui oito anos vereador e usávamos muito o instituto da indicação. Eu concordo com v.exa. de que o placar dos projetos no final de ano perante a imprensa, perante a opinião pública, é o que conta. Mas é uma questão constitucional e estamos impedidos de agir.

Lembro que usávamos muito o expediente da indicação para levar a população até a Câmara Municipal. Podemos fazer isso na Assembleia, discutindo, mostrando o que foi aprovado e passando a responsabilidade da execução ao Executivo, ao governo do estado.

Hoje, fica aquela ilusão. O cidadão diz: "O deputado entrou com o projeto e vai resolver o problema". Mas o tempo passa e o crédito cai sobre o deputado.

Entendo que não fica tolhida a iniciativa do parlamentar, mas teremos que usar mais o instituto da indicação.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado, acho que é um caminho sem volta, mesmo tendo algumas objeções, como tem o deputado Neodi Saretta. É um caminho sem volta, é uma decisão que já foi tomada, por exemplo, nas Assembleias Legislativas do Paraná e do Rio Grande do Sul, senão me engano, e os projetos autorizativos tendem a acabar. Mas fica esse questionamento por conta da discussão que poderíamos ter, nesta Casa, sobre assuntos bastante palpitantes para Santa Catarina.

Diria ainda mais, em relação à comissão de Constituição e Justiça, como falei tempos atrás, há um choque de entendimento, porque muitas matérias tidas como constitucionais vêm para plenário, são aprovadas e depois vão para a sanção do chefe do Poder Executivo. Contudo, ao passarem pelo crivo do departamento jurídico do governo do estado são rejeitadas por serem inconstitucionais. Existe uma briga de entendimentos jurídicos, inclusive. Isso também deveria ser trazido à discussão, porque a matéria passa por uma análise jurídica na comissão de Constituição e Justiça e é considerada constitucional, mas quando vai para a análise jurídica do Poder Executivo é considerada inconstitucional. Há uma discrepância muito forte nisso, porque acontece não apenas com um, mas com muitos projetos aprovados nesta Casa.

Quero aproveitar esses minutos que me restam, sr. presidente, para referir-me a dois pedidos que fiz. Vou falar primeiramente sobre o que foi enviado à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da ANTT. Na ocasião, pedimos um estudo para isenção de pedágio para eixos suspensos de caminhões. O caminhão passa pelo pedágio e cobram também pelo eixo suspenso. Esse pedido chegou a este deputado através do segmento dos caminhoneiros que estão na estrada.

O estudo que me chegou, também por pedido do segmento, diz: “[...] cabines exclusivas para motociclistas nos pedágios nas rodovias federais[...]”, e quero fazer uma correção. Não pedi que fossem colocadas cabines exclusivas para motos nos pedágios, mas que fossem colocadas cabines preferenciais para motociclistas, para que quando eles chegassem ao pedágio não precisassem ficar na fila. É como ocorre com a mulher grávida em caixa de supermercado. Pode haver pessoas na frente, mas se houver uma mulher grávida ela terá preferência. Assim aconteceria com o motociclista no pedágio, tendo preferência para fazer o pagamento, não precisando ficar na fila esperando chegar até sua vez, para depois tirar as luvas, o capacete, ver o dinheiro e pagar o pedágio.

No entanto, a ANTT entendeu que estávamos pedindo cabines exclusivas para motociclistas, e não foi isso que pedimos, mas acabou dando algum resultado porque a ponte Rio/Niterói adotou a medida que pedimos.

Não pedimos que fosse colocada uma cabine exclusiva para motociclistas, sendo que as demais concessionárias entenderam que elas não deveriam ser colocadas. Mas volto a frisar e vou escrever-lhes que não queremos cabines exclusivas, queremos apenas a preferência numa das cabines de pedágio.

Srs. deputados, quando falamos um assunto palpitante, dez minutos representam dois minutos, e eu tinha muita coisa para falar de interesse da comunidade. Não queria jogar conversa fora, mas não dá mais para falar porque não há tempo suficiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero fazer o registro, sr. presidente, de que amanhã acompanharei a agenda do governador à nossa região e estarei nesta Casa na reunião de terça-feira, pela de manhã, na comissão de Constituição e Justiça. No período da tarde não poderei participar da sessão porque estarei no 1º Seminário Nacional sobre Bullying, que vai acontecer na cidade de São Paulo, sendo que a parte da minha conferência será das 17h30 às 18h30, juntamente com o deputado federal Vieira da Cunha, do Rio Grande do Sul, que propôs agora uma lei nacional, deputada Luciane Carminatti, nos moldes daquela que Santa Catarina já aprovou.

Participaremos desse seminário na condição de representantes da Assembleia, afinal de contas, essa lei foi aprovada por unanimidade e o nosso estado está fazendo a sua parte no reconhecimento nacional nessa lei no combate ao *bullying*.

Era este o registro que queria fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a sra.

deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os srs. deputados e retomando o anúncio que fizemos anteriormente com relação à situação da segurança pública na cidade de Maravilha, quero referir-me ao Manifesto pela Paz e Segurança, que acontecerá esta tarde e que reivindica melhorias na segurança daquela cidade. A manifestação se dará às 14h, na praça do Agricultor, quando a população se reunirá e sairá em caminhada até a secretaria de estado do Desenvolvimento Regional, onde foi entregue, por parte da população, dos empresários e das escolas públicas e privadas, uma pauta de reivindicações sobre segurança pública aos representantes do governo do estado, através da secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, à prefeitura de Maravilha e à Câmara de Vereadores.

Então, quero fazer este registro e dizer, mais uma vez, que segurança pública é responsabilidade do estado. Portanto, o governo estadual precisa responder não somente pelo fortalecimento dos conselhos de segurança, que é uma bandeira do governador, mas aumentar o contingente policial e o número de viaturas e de litros de gasolina por viatura, além da capacitação e formação descentralizada dos recursos humanos.

Srs. deputados, quero também informar, na tarde de hoje, que foi julgada no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa ao piso salarial do Magistério. Tratamos desse tema por diversas vezes desta tribuna e comemoramos muito quando o STF julgou constitucional a lei de 2009, mas naquele momento não foi julgada a hora/atividade, que garante, nessa mesma lei, 1/3 aos profissionais do Magistério.

No julgamento da tarde de hoje no STF houve um empate, cinco votos a cinco, e a informação que nos chega é a da manutenção da lei como aprovada na origem. Essa é uma grande conquista dos professores, que no dia 1º de maio, assim como os demais trabalhadores da Educação, terão mais esse presente a comemorar, ou seja, 1/3 de estudo e planejamento dentro da sua carga horária.

Quero fazer menção, da mesma forma, srs. deputados, a uma audiência que tivemos, na tarde de ontem, com o procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, dr. Lio Marcos Marin, que contou com a presença do vice-presidente da OAB/SC, Márcio Luiz Fogaça Vicari, e do presidente da OAB de Chapecó, para discutir a efetivação de todos os promotores nas varas do Ministério Público de Chapecó.

Hoje enfrentamos um grande problema, pois muitas dessas áreas de atuação do Ministério Público não estão completas, ou seja, não temos o promotor titular e vários promotores acabam acumulando funções, o que acaba prejudicando a atuação do profissional e também a celeridade dos processos.

Então, quero não somente anunciar essa audiência que foi realizada no sentido de defender o envio de mais promotores e

novas varas para a comarca de Chapecó, como também dizer da grande alegria que foi conhecer o procurador-geral de Justiça, dr. Lio Marcos Marin. Acredito que o Ministério Público vai ganhar muito com a sua ascensão a essa função, pois ele é uma pessoa séria, íntegra e com muita vontade de mostrar resultados. Foi uma audiência muito positiva.

Quero aproveitar também para me solidarizar com os funcionários e servidores da Fatma, que estiveram com os deputados da base e de oposição, quando mais uma vez manifestaram sua preocupação com relação à sua remuneração e às suas condições de trabalho.

Foi acertado com esses servidores, através do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que o governo estadual encaminharia a esta Casa um projeto de lei em comum acordo com a classe.

Por último, srs. deputados, quero informar a v.exas. que foi realizada, na última semana, uma audiência da caravana da educação no oeste de Santa Catarina. Foi uma audiência muito proveitosa, sendo exibida a todos através de fotos que serão mostradas no telão, para que as pessoas possam perceber a importância da realização dessas audiências realizadas no oeste do estado.

No último dia 18 fizemos, no período da manhã, uma visita à Escola Lara Ribas. Lá estavam presentes o deputado Carlos Chiadini, que é o presidente da comissão, o reitor da Universidade Federal, o secretário de Desenvolvimento Regional, o coordenador do Sinte estadual, além de vereadores e lideranças da comunidade.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Estamos vendo agora, no painel, as imagens da visita feita à escola. Quem não conhecia a escola saiu de lá chocado, inclusive os servidores desta Casa, que acompanharam a visita à escola. É uma escola que nos traz muita tristeza, pois o prédio está totalmente sucateado.

Nessas imagens do painel podemos ver também a caravana em visita à escola, em que estão presentes os pais, os professores, os diretores, estudantes e lideranças da comunidade, que acompanharam, da mesma forma, a visita. A reunião foi realizada no único ambiente possível para discutir o problema e tivemos, inclusive, que retirar os professores das suas salas para podermos realizar a visita.

À tarde, participamos da audiência da Udesc, que foi uma proposição do deputado Mauro de Nadal, contando com a presença do deputado Dirceu Dresch, do deputado federal Pedro Uczai, dos prefeitos de Palmitos e de Águas de Chapecó, da vice-prefeita de São Carlos e de professores e acadêmicos do curso de Enfermagem. A conclusão dessa audiência pública da Udesc foi que o referido curso deve permanecer em Palmitos.

Faço questão, deputados, de dizer o resultado da audiência porque senão passamos a imagem para a população de que realizamos muitas audiências públicas, conversamos bastante e não chegamos a lugar algum. Mas não é isso que ocorre, há

resultados concretos e todos podem ver como foi grande a participação da população em Palmitos.

Já no período da noite participamos da última atividade da caravana, que foi a discussão sobre a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul para São Miguel d'Oeste e região. Foi uma proposição desta deputada, em que estavam presentes os deputados Carlos Chiodini, Mauro de Nadal, Padre Pedro Baldissera, Dirceu Dresch e Pedro Uczai, os prefeitos de São Miguel d'Oeste, de Itapiranga, de Dionísio Cerqueira e de Anchieta, o vice-prefeito de Descanso, o reitor e o vice-reitor da Universidade Federal, além de vereadores, lideranças de movimentos sociais e regionais, secretários municipais da Educação e a comunidade em geral.

Nessa audiência pública foram feitos encaminhamentos extremamente positivos, entre eles temos: a unificação do movimento, com o objetivo de ampliar a participação de todo o extremo oeste; a busca de recursos nas três esferas de governo, inclusive emendas parlamentares; uma política de acesso e permanência dos acadêmicos na universidade, através de cursos que priorizem a manutenção dos jovens na região, cursos que contemplem a necessidade dos municípios do extremo oeste; a realização de audiências em outros municípios para ampliar o debate; um maior envolvimento da comissão de Educação da Assembleia Legislativa no apoio, no debate e na luta pela implantação da Udesc no extremo oeste.

Enfim, sr. presidente e srs. deputados, estamos prestando contas da nossa atividade no extremo oeste, afirmando que temos o maior prazer de participar desses movimentos em todas as regiões, pois entendemos que essa é uma das responsabilidades dos deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, acredito que a Assembleia Legislativa viveu um momento importante dentro daquilo que faz parte da essência da democracia, que é o debate. Quando ventilamos, ontem, o assunto referente ao Enunciado n. 0001/2011, talvez nem todos os deputados já houvessem tomado conhecimento dele, até porque ainda está em tramitação. Mas a prova de que o assunto é divergente foram os debates importantes e acalorados, deputada Luciane Carminatti, ocorridos hoje, tanto no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, quanto no âmbito deste plenário.

A matéria é controversa, como toda matéria que versa, deputado Romildo Titon, sobre constitucionalidade. Vejo que v.exa., às vezes, na presidência da comissão se sente pressionado porque determinada matéria pode ser ou não constitucional. Acontece que o assunto constitucionalidade é assim mesmo, ou seja, contraditório. Às vezes há pareceres de renomados juristas

que nos dizem que determinada matéria é constitucional e de outros também renomados dizendo que ela é inconstitucional! Seria mais fácil se a coisa fosse matemática, mas no campo jurídico não é assim que acontece.

Digo isso também para aprofundar a ideia de que é importante o debate de determinados temas, porque somente a partir de iniciativas que no início talvez pareçam ou até sejam inconstitucionais é que conseguiremos grandes transformações sociais.

O Direito é conservador. Grande parte das normas vigentes ainda é do tempo do Direito Romano. As leis demoram, às vezes, para ser mudadas. Nunca foi a lei que puxou as transformações, sempre foi a sociedade, nos seus movimentos. Há, inclusive, um *slogan* muito usado em alguns movimentos sociais: a luta faz a lei.

E quero reiterar um exemplo que já citei em um aparte, ou seja, que uma das maiores conquistas de Santa Catarina dos últimos anos foi resultado de um movimento do qual tive a oportunidade e a felicidade de participar, a criação da nossa Universidade Federal da Fronteira Sul. Na origem havia um projeto de lei que, dentro dessa ótica, era inconstitucional. O deputado Cláudio Vignatti apresentou um projeto, havia outras iniciativas também, mas isso fez com que o debate ganhasse força. Havia setores dentro do governo do nosso estimado ex-presidente Lula que se manifestavam contra a criação da universidade. Mas fruto do debate, da mobilização social, o ex-presidente Lula se convenceu, assim como sua equipe, e patrocinou um projeto que foi apensado aos que já tramitavam no Congresso Nacional. Com isso tivemos uma grande conquista não somente do nosso estado, mas de parte do Paraná e do Rio Grande do Sul, que foi a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Recentemente, nesta Casa aprovamos a isenção do ICMS para o pinhão. Isso também nasceu de um projeto de autoria parlamentar, deputado Dirceu Dresch, que foi considerado inconstitucional, mas motivou de tal forma o debate que depois o governo encampou a idéia e enviou um projeto para este Parlamento. Hoje pela manhã, a deputada Luciane Carminatti citou até a questão envolvendo o debate sobre um projeto de autoria da deputada Ada De Luca a respeito dos direitos da mulher.

Então, creio que temos que encontrar formas de não fazer aqui aquilo que se chamou de faz de conta. Procurar, pela internet, projetos e mais projetos para fazer estatísticas, é uma prática com a qual também não concordo. Entendo que não é uma boa prática legislativa, mas depende da forma de cada deputado atuar. Afinal de contas, cada proposição trazida a esta Casa sempre traz alguma ideia, e a maioria, na sua essência, tem a opinião de que é uma ideia positiva.

Não é fácil mudar direitos, não é fácil avançar. Vivemos crises profundas na Saúde, na Educação. Recentemente, na audiência da comissão da Educação, foram constatados vários problemas. Não são

fáceis essas transformações, deputado Kennedy Nunes. Às vezes temos que as forçar. Às vezes temos, dentro da legitimidade e do mandato, que forçar determinadas mudanças e ouvir um pouco o clamor da comunidade, porque quando um cidadão não consegue ser atendido é difícil que ele entenda se é ou não constitucional. É como diz uma mãe que está com um filho num posto de saúde: "Eu não quero saber se essa lei é constitucional ou não, mas que se dê um jeito de eu ter um atendimento médico!"

É claro que também não podemos defender que nesta Casa aproveamos tudo o que for inconstitucional, mas o debate na comissão de Constituição e Justiça vai julgar isso. Hoje, inclusive, foi importante o debate, e v.exa., desta tribuna, falou uma coisa importante que não está no enunciado: que a matéria, de qualquer forma, terá tramitação normal.

Preocupou-me, sr. presidente, porque hoje v.exa. é o presidente da comissão, mas amanhã poderá ser outro deputado. E se esse outro deputado entender o enunciado de forma diferente, deputado Silvio Dreveck, poderá, inclusive, determinar ao secretário da comissão que sequer receba o projeto.

Então, o debate teve o mérito de levantar essa questão. Acho que deve ser aprofundado o debate e sugiro que, de preferência, o enunciado não seja levado à votação logo. Quem sabe devamos amadurecer para ver se, efetivamente, é o caso de votarmos ou não no futuro. Mas que possamos aprofundar o tema. Acho que isso é o mais importante.

Sei também que, às vezes, neste momento, sempre há aqueles que preferem colocar um pouquinho mais de combustível para fazer outro tipo de disputa. Mas acho que o debate é este: ampliamos as funções do Poder Legislativo ou vamos criar uma norma que, no meu entendimento, vai restringir ainda mais nossas prerrogativas?!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, catarinenses que estão aqui acompanhando a sessão de hoje, alguns assuntos importantes foram levantados pelos deputados Romildo Titon, Joares Pincicelli e agora pelo deputado Neodi Saretta. Eu, nessa questão, entendo os dois lados, deputado Silvio Dreveck. Concordo quando falamos um pouco sobre essa questão de termos cuidado com a inconstitucionalidade das proposições. Já existe essa orientação da Casa, os técnicos estão passando por essa revisão, mas entendo que muitas vezes é preciso provocar, de alguma forma, para que possamos ter o resultado que todos queremos, que é bem do cidadão.

Sr. presidente, pedi a palavra no dia de hoje porque, na verdade, estou

fazendo a segunda edição de um programa que lancei por ideia da minha assessoria, ou seja, abrir a possibilidade de, uma vez por mês, trazeremos um cidadão comum para passar um dia de deputado. Esse programa tem dado um resultado tão grande, deputada Luciane Carminatti, que agora parece que teremos que fazê-lo duas vezes por mês em função do número de pessoas que se inscreveram através do nosso site, que é o www.knunes.com.br, e também do *twitter*.

Gostaria de fazer uma pequena reparação ao *Diário Catarinense*, que hoje publica uma foto mostrando que os deputados, ontem, durante a sessão, estavam com a página do *twitter* aberta. O tema da matéria é "(Des)conectados da sessão", fazendo uma crítica aos deputados que estariam olhando o *twitter*.

Sinceramente, fiquei frustrado com a matéria do *Diário Catarinense*. Quando falamos, deputado Neodi Saretta, do político 2.0, que precisa usar as ferramentas da informática para interagir com a população - e sei que a deputada Luciane Carminatti e o deputado Ismael dos Santos estavam fazendo isso -, vem um jornal, que usa o *twitter* para divulgar as suas funções, dizer que o parlamentar está desconectado. Desculpem-me, RBS e *Diário Catarinense*, mas vocês deram uma bola fora, completamente fora, ou passo a pensar que vocês não querem que os deputados utilizem as redes sociais para que vocês dominem a massa pública!

Não posso, sr. presidente, entender que um veículo de comunicação critique deputados que estão interagindo com os seus eleitores através do *twitter*! Não consigo entender isso! Se estivessemos vendo - e isso já apareceu no Congresso Nacional - fotos pornográficas ou qualquer coisa semelhante, poderiam fazer qualquer tipo de crítica. Agora, um jornal respeitado como o *Diário Catarinense* fazer uma crítica de dois deputados que estavam interagindo através do seu *twitter*, que é uma ferramenta de trabalho, é porque não sabe o que é o

twitter ou não quer que os deputados o utilizem! Acho que quanto mais deputados utilizarem o *twitter* para dizer o que estão fazendo, para ouvir as pessoas, melhor vai ser para a política brasileira!

Por que ninguém questiona onde ando, deputado Silvio Dreveck? Por que ninguém questiona as viagens que faço em missão da Assembleia Legislativa? Porque todo mundo que me seque no *twitter* sabe onde estou, o que estou fazendo. Prova disso é o seguinte: acessem o meu site ou o meu *twitter* e verifiquem o relatório da comissão sobre a visita ao Morro do Baú. Está lá, em vídeo, já!

Agora, não vejo razão para o *Diário Catarinense* colocar uma foto e criticar os deputados dizendo que estão desconectados! Devo dizer à equipe do *Diário Catarinense* que, nós, deputados da nova geração, que chamo de político 2.0, conseguimos fazer duas coisas ao mesmo tempo, sem precisar desconectar-nos ou perdermos a atenção de algumas coisas. É possível ouvir o que está acontecendo no plenário, interagir com o cidadão que está cobrando as coisas no *twitter* e, inclusive, ver as intenções, muitas vezes, de vocês. Prova disso é que, através do *twitter*, abrimos um programa que traz a possibilidade de qualquer cidadão se inscrever e passar um dia de deputado.

No mês passado, trouxemos uma estudante de Direito, de Joinville, Natália Ferrari, e hoje trouxemos um filho de um pescador, um estudante de Edificações, morador da cidade de Governador Celso Ramos, que aos 19 anos fez uma bonita redação para participar do programa e a minha equipe decidiu que hoje o deputado por um dia seria ele.

Gostaria, sr. presidente, de dar os meus quatro minutos restantes para que ele possa falar e mostrar que queremos fazer as coisas de forma diferente, que podemos fazer muito, sim, abrindo essa possibilidade.

Quero dizer ainda que no próximo mês a pessoa que irá passar um dia de deputado será uma dona de casa que a nossa equipe já escolheu. E vai ser muito legal! Deputada Luciane Carminatti, sei que v.exa. e as mulheres vão estar aqui para ouvi-la.

No dia de deputado, coloco o broche, ele senta na minha mesa, anda na poltrona da frente do carro e todos os assessores o chamam e tratam-no como deputado, para que ele possa sentir-se como um deputado de fato. Isso é muito interessante para que possamos despertar uma consciência diferente nos cidadãos que participarem do programa.

Por isso, peço vênha a todos os deputados para que a sessão seja suspensa e assim possamos ter a participação, neste tempo restante do meu horário, do jovem Wesley, deputado por um dia!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Está suspensa a sessão para ouvirmos o estudante Wesley, deputado por um dia!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 130, de 29 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art.85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 e maio de 2010, deste Poder,

CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE pela prestação de serviços em locais insalubres, de grau mínimo - 20% (vinte por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Coordenadoria de Saúde e Assistência:

Matr	Nome do Servidor	Setor	a partir	Proc. nº
0860	Rosimília Lima Fonseca	Psicologia	15/12/10	2487/10
1330	Marcia Helena Pereira	Recepção	16/12/10	2504/10
1387	Luciane Dalla Barba Zaguini	Serviço Social	16/12/10	2501/10
2148	Laura Elita Vieira Amorim	Recepção	16/12/10	2494/10

2037	Frederico Alexandre Crippa	Nutrição	16/12/10	2499/10
0959	Carlos Roberto Silveira	Psicologia	16/12/10	2493/10
1377	Dulcineia Regis	Serviço Social	15/12/10	2486/10
0323	Maria do Rocio Barreto da Silva	Serviço Social	16/12/10	2503/10

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rêno Caramori - Secretário

(Republicado por incorreção)

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 131, de 29 de março de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art.85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 e maio de 2010, deste Poder,

CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE pela prestação de serviços em locais insalubres, de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, aos

servidores abaixo relacionados, lotados na Coordenadoria de Saúde e Assistência:

Matr	Nome do Servidor	Setor	a partir	Proc. n.º
0243	Angelo Ferreira da Silva	Corpo Clínico	16/12/10	2502/10
2129	Marilidia Costa Amaral	Junta Médica	20/12/10	2528/10
2122	Sergio Ney Santana de Oliveira	Laboratório	16/12/10	2492/10
2191	Maria Aparecida Rosa Eckert	Junta Médica	20/12/10	2529/10
1173	Vicente Pacheco Oliveira	Corpo Clínico	16/12/10	2497/10
1162	Anna Soraya Bacha	Enfermagem	16/12/10	2496/10
1087	Carlos Cesar de Oliveira	Enfermagem	17/12/10	2523/10
1150	Fabio Figueiredo Ribeiro	Corpo Clínico	15/12/10	2488/10
0451	Marília Machado	Enfermagem	17/12/10	2518/10
1546	Vania Maria Carriço de Oliveira	Laboratório	1712/10	2522/10
1117	Tania Maria Nowakowski	Odontologia	16/12/10	2491/10
1365	Dorli Felippi Mantovani	Enfermagem	16/12/10	2498/10

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

(Republicado por incorreção)

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 174, de 27 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor, **LUIZ EDUARDO DE SOUZA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na DTI - Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 175, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor, **NICOLAS ANDRIO HAUBOLD DE OLIVEIRA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 176, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **LUIZ GONZAGA LIMA**, matrícula nº 3541, da função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (DL - CC - Comissão de Defesa Civil).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 177, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Excluir da *Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras do Anexo Sul*, o servidor Henrique Ramos Filho, matrícula nº 0550, instituída pelo Ato da Mesa nº 104, de 14 de maio de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 178, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Incluir na *Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras do Anexo Sul*, a servidora Sinara Regina Landt, matrícula nº 4365, que a presidirá, instituída pelo Ato da Mesa nº 104, de 14 de maio de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 179, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **SERGIO MACHADO FAUST**, matrícula nº 1015, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1 de maio de 2011 (Gabinete da Deputada Angela Albino).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 180, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **VANOIR GUAREZI ZACARON**, matrícula nº 1394, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Deputada Dirce Heiderscheidt).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 181, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **MARIA DE FATIMA RAMPANELLI SIMON**, matrícula nº 1362, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica

Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Deputada Dirce Heiderscheidt).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 182, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0409/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR à servidora **ADRIANA BACK KOERICH**, matrícula nº 5201, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 29 de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Ana Paula Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 183, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0387/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR a servidora **JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER**, matrícula nº 6802, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 28 de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Ana Paula Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 184, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2195/2010,

RESOLVE: com fundamento no art.3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **MARIA DE FATIMA DA ROCHA**, matrícula n.º 0578, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 185, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0483/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e art. 2º da EC 47, de 2005, combinado com o art. 7º da EC 41, de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **ALEXANDRE PANTALEÃO ATHANASIO**, matrícula n.º 0882, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 186, de 28 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **LUIZ GONZAGA LIMA**, matrícula nº 3541, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 26 DE ABRIL DE 2011.

Às nove horas do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, Joares Ponticelli, Volnei Morastoni, Luiz Eduardo Cherem, Jorge Teixeira substituindo José Nei Alberton Ascari. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 6ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Elizeu Matos** relatou o Projeto de Lei de nº 051.1/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista aos Deputados Sargento Amauri Soares e Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 072.6/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 114.0/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 074.8/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Volnei Morastoni**

relatou os Projetos de Lei de nºs 003.4/2011 e 004.5/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram cedidos pedidos de vista ao Deputado José Nei A. Ascari. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Resolução de nº 005.6/2009 exarou parecer pela diligência à Mesa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0122.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 006.5/2011 exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei de nº 056.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os Projetos de Lei de nºs 0084.0/2011 e 087.2/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei de nº 0113.9/2011 e 012.0/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 2011.

Deputado Romildo Titon
Presidente
*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados Membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Mattos, Elizeu de Mattos, substituindo o Deputado Manoel Mota, Silvio Dreveck, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Amauri Soares e Neodi Saretta. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em discussão a Ata da 7ª reunião ordinária, que em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente abriu a reunião passando a palavra ao **Deputado Darci de Matos**, relator do Projeto de lei complementar 0013.1/2011, que tem como objetivo a criação de cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário. O projeto prevê a criação de cem cargos de Oficiais de Justiça, o que se faz necessário para atender criação das novas varas em Santa Catarina, o impacto financeiro anual é de R\$7.321.142,52, portanto, o projeto se torna viável, já que abre a perspectiva do desafogamento do Judiciário do Estado de Santa Catarina. O Deputado Silvio Dreveck solicitou a palavra e questionou se este projeto está de acordo com a previsão orçamentária. O deputado Darci de Matos, relator da matéria, informou que o Projeto de Lei Complementar atende a previsão orçamentária, assim como a lei de responsabilidade fiscal. O deputado Darci de Matos relator do projeto exarou parecer favorável, que posto em discussão, o senhor Deputado Marcos Vieira solicitou vista em gabinete do Projeto de Lei Complementar 0013.1/2011. O Deputado Presidente Gilmar Knaesel, concedeu vista em gabinete do Projeto de Lei ao senhor Deputado Marcos Vieira. O **Deputado Neodi Saretta** solicitou a palavra e informou aos deputados membros que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a proposta do Enunciado 01 (um). Em sua opinião, o Enunciado está na contramão do fortalecimento do Poder Legislativo e da democracia, uma vez que de acordo com o enunciado, determinados projetos sequer sejam analisados por esta Casa, caso a Assembleia Legislativa deixe este enunciado seguir adiante, estará subtraindo seus poderes, limitando assim a democracia interna. O **Deputado Marcos Vieira** propõe que o regimento interno seja alterado, dando força e competências as Comissões de mérito da Casa. O **Deputado Elizeu de Mattos**, sob seu ponto de vista, disse que existe projeto que não há necessidade de discussão, o Enunciado tem pontos positivos, pois acelera as questões do projeto. O **Deputado Amauri Soares**, comentou que esse debate ainda não ocorreu na Comissão de Justiça, apenas se apresentou a proposta, sendo assim, sua manifestação será apresentada no debate da Comissão de Justiça. O **Deputado Darci de Matos** disse que todo projeto é importante tendo fundamento legal ou não, cabe a Comissão delegar. A essência do Parlamento é o debate e a discussão, o projeto pode não prosperar, porém o projeto possui informações, diretrizes que contribui para a sociedade, sendo assim, se torna contra, pois restringe o Poder Legislativo. A **Deputada Luciane Carminatti** enalteceu que o desafio das Comissões é como ampliar o papel dos Deputados na legislação, na fiscalização e na proposição ao Executivo. Na seqüência, o Presidente Gilmar Knaesel colocou em discussão o calendário do Orçamento Regionalizado. Os encontros acontecerão entre o dia doze de setembro a cinco de outubro de dois mil e onze, oportunidade em que os Deputados junto com os representantes da sociedade civil organizada, definirão obras que deverão ser incluídas, pelo Executivo, no Orçamento Estadual. Ficou assim definido o Cronograma: Dia doze de setembro, às dezenove horas, na UNOESC, em **São Miguel do Oeste**, para as regionais de Dionísio Cerqueira, Itapiranga e São Miguel do Oeste. No dia treze de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório do Maravilha Park Hotel, em **Maravilha**, para as regionais de Palmitos, Maravilha e São Lourenço do Oeste. Dia catorze de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no Salão de Atoas da UNOCHAPECÓ, em **Chapecó**, para as regionais de Xanxerê, Quilombo, Seára e Chapecó. No dia quinze de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório da UNOESC, em **Joaçaba** para as regionais de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba. No dia dezesseis de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas no auditório da UNIARP, em **Caçador**, para as regionais de Videira, Curitiba e Caçador. Dia vinte e seis de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório da Câmara de Vereadores de

Canoinhas, para as regionais de Mafra e Canoinhas. No dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório da UDESC, em **Lages**, para as regionais de São Joaquim e Lages. Dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no Salão Ouro Negro na Prefeitura Municipal de **Criciúma**, para as regionais de Araranguá e Criciúma. No dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório da UNISUL, em **Tubarão**, para as regionais de Laguna, Braço do Norte e Tubarão. Dia trinta de setembro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório da UNIDAVI, em **Rio do Sul**, para as regionais de Ibirama, Ituporanga, Taió e Rio do Sul. No dia três de outubro de dois mil e onze, às dezenove horas, na UNIVALI, local a ser definido, em **Itajaí**, para as regionais de Brusque, Itajaí, Blumenau e Timbó. No dia quatro de outubro de dois mil e onze, às dezenove horas, no auditório da UNIVILLE, em **Joinville**, para as regionais de Jaraguá do Sul e Joinville. No dia cinco de outubro de dois mil e onze, às dezenove horas, em local a ser definido em **São José**, na Grande Florianópolis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte e sete de abril de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 106/11

Associação de Promoção e Educação Tubaronense - APROET

OF. Nº 20/2011

Tubarão, 20 de abril de 2011

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis/SC

Encaminhado, em anexo, Relatório Circunstanciado do ano de 2010, cópia autenticada da Ata da atual Diretoria, cópia autenticada do jornal que foi publicado o Balancete Patrimonial.

Atenciosamente.

Waldemar Colonetti

Presidente da Aproet

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 107/11

FCA - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO

OFÍCIO nº. 015/2011/FCA

Florianópolis, 14 de março de 2011

Ilmo. Sr.

GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE DA ALESC

FLORIANÓPOLIS/SC

Ilmo. Sr. Presidente,

Em atenção em que determina a Lei de Utilidade Pública, sob, o nº. 15.125, do dia 19 de janeiro de 2010, servimo-nos do presente para encaminhar a V. Sª. os seguintes documentos relacionados abaixo.

I - Relatório de atividades (2008, 2009, 2010)

II - Atestado de funcionamento atualizado

III - Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de pessoas jurídicas

IV - Balancete Contábil (2009 e 2010)

Certo que o fomento às atividades que dignificam nosso Estado faz parte do rol de prioridade da sua gestão, despeço-me e agradeço antecipadamente.

Walmor José Battistotti Filho

Presidente da FCA

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 108/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

OFÍCIO nº. 19/2011

Rodeio, 18 de Abril de 2011

A/C

Presidente da Assembléia Legislativa

Deputado GELSON MERÍSIO

Assunto: Manutenção da entidade declarada de Utilidade Pública Estadual.

Estamos encaminhando os documentos solicitados, para a manutenção da entidade declarada de Utilidade Pública Estadual. Segue documentação abaixo relacionada:

- I - Relatório Anual de Atividades do Exercício anterior;
- II - Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do Art. 2º desta Lei;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- IV - Balancete Contábil;

Manifestamo-nos de acordo com as informações contidas na documentação, responsabilizando-nos pela veracidade dos mesmos e nos colocando a disposição para mais informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Splieter
CPF: 381.249.209-15
RG: 1.045.835

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 109/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE MANTENEDORA DA ESCOLA ESPECIAL JOÃO ESTANISLAU ÂNGELO

Ofício nº. 029/11

Braço do Norte - SC, 26 de abril de 2011.

Exmo. Senhor,

GELSON MERÍSIO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Florianópolis-SC.

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por intermédio deste, encaminhar a Vossa Senhoria os documentos listados abaixo, com a finalidade de manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual desta entidade. Pedimos outro sim, que nos seja encaminhado o documento comprobatório da concessão do mesmo.

1. Relatório Circunstanciado das Atividades do ano de 2010;
2. Balanço Patrimonial do ano 2010;
3. Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
4. Atestado de funcionamento atualizado.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para enviar a Vossa Excelência, um grande abraço apeano.

Cordialmente,

Teresinha Arlete Kuerten Bianchini
Presidente APAE

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 110/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE SANTA CATARINA

Of. nº. 12/2011

Santa Cecília, 19 de abril de 2011

Exmo Sr.

GELSON MERÍSIO

DD. deputado Estadual

Palácio Barriga Verde

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

88.020-900-Florianópolis-S.C

Prezado Senhor,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Cecília, vem por meio deste, encaminhar a documentação solicitada por esse órgão para a manutenção da **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL** desta Entidade.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção e enviamos saudações APAENanas.

APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS PEDRO CAVALHEIRO SOBRINHO

PRESIDENTE

*** X X X ***

OFÍCIO 111/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENHA ESCOLA ESPECIAL HENNY COELHO

Penha, 15 abril de 2011

Ilmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa

Com as minhas cordiais saudações, encaminho a Vossa Senhoria, documentação para prestação de contas da Utilidade Pública Estadual,

conforme solicitação da Senhora DUDA-Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Apae de Penha

Presidente

Henny Coelho

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/11

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N.

PL/0092.0/2010

"Altera a Lei nº 7.543, de 30 de Dezembro de 1988, que "institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências."

O Projeto de Lei Nº PL/0092.0/2010, passa a tramitar, com a seguinte redação:

"Art. 1º A alínea "b", do inciso V, do artigo 8º, da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

V -

b) de máquina agrícola, de terraplanagem, ou qualquer outra, ainda que trafeguem em vias públicas para efeitos de deslocamento de local de atividade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, em de de 2011.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

APROVADO EM 1º TURNO

EM SESSÃO DE 27/04/11

APROVADO 2º TURNO

EM SESSÃO DE //

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 092/2010

Altera a Lei nº 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A alínea "b", do inciso V, do art. 8º, da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

V -

b) de máquina agrícola, de terraplanagem, ou qualquer outra, ainda que trafeguem em vias públicas para efeitos de deslocamento de local de atividade."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de maio de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 338/2010

Declara de utilidade pública o Instituto Dual de Educação, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Dual de Educação, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***